



## **ANEXOS ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL**

### **“PEDREIRA DENOMINADA SENHORA DA GRAÇA”**

**IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA.**



**VILAR DE FERREIROS  
M. DE BASTO**

**Exploração de Granito Amarelo**

**Dezembro de 2014**

---

## ANEXO I



### CARTÓRIO NOTARIAL DO CONCELHO DE MONDIM DE BASTO

#### CERTIDÃO

Certifico:

Que a fotocópia apensa, conforme o original, foi extraída neste Cartório da escritura de folhas **noventa e cinco a noventa e seis** do livro de notas para escrituras diversas número **CENTO E SESSENTA E DOIS - A**, e do respectivo documento complementar, ocupando **três** folhas por mim numeradas, rubricadas e autenticadas com o selo branco em uso neste Cartório Notarial, com texto fotocopiado no verso e que a esta legalização se juntam:-----

04 de Outubro de 2005.

A Conservadora da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Mondim de Basto, em substituição: *[Assinatura]*

Conta:

Art.º 20.º n.º 4.2 € 5,00

São cinco euros.

Reg. sob o n.º 1208. Conferida: *[Assinatura]*

Livro 1614

Folhas 91

### CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO

--- No dia quatro de Outubro de dois mil e cinco, no Cartório Notarial de Mondim de Basto, perante mim, Teresa Margarida Rodrigues Alves Pacheco, Conservadora da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Mondim de Basto, em pleno exercício de funções por o lugar de notário se encontrar vago e a primeira substituta legal em licença para férias, compareceram como outorgantes:-----

---PRIMEIRO: José Carlos Amorim Carvalho, casado, natural de Angola, residente no lugar de Vila Pouca, freguesia de Atei, concelho de Mondim de Basto, na qualidade de presidente e em representação da JUNTA DE FREGUESIA DE ATEI, deste concelho, NIPC 680 032 045, qualidade e poderes que verifiquei serem suficientes para este acto por fotocópia conferida da acta da reunião da junta de freguesia respectiva, realizada em catorze de Junho de dois mil e cinco, que já se encontra arquivada neste Cartório, no maço de documentos respeitantes ao livro de notas para escrituras diversas número cento e sessenta e um - A, com referência à escritura de folhas dez -----

---SEGUNDO: Joaquim Manuel Mota da Silva, casado, natural da freguesia de Vilar de Ferreiros, deste concelho, onde reside no lugar de Cimo de Vila, portador do bilhete de identidade 10901929, emitido em 23/12/2003, pelos Serviços de Identificação Civil de Vila Real; Manuel Joaquim Mota da Silva, casado, natural da freguesia de Vilar de Ferreiros, deste concelho, onde reside no lugar de Cimo de Vila, portador do bilhete de identidade 10733813, emitido em 21/05/2003, pelos Serviços de Identificação Civil de Vila Real e Rui Manuel Mota Oliveira, casado, natural da dita freguesia de Vilar de Ferreiros, onde reside no lugar de Cimo de Vila, portador do bilhete de identidade 12007825, emitido em 01/06/2005, pelos Serviços de Identificação Civil de Vila Real, que outorgam na qualidade de únicos sócios da sociedade comercial por quotas: "IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA", NIPC 503 714 810, com sede no lugar e

freguesia de Vilar de Ferreiros, concelho de Mondim de Basto, matriculada Conservatória do Registo Comercial de Mondim de Basto sob o número sessenta e u com o capital social de cinco mil euros e um cêntimo \_\_\_\_ qualidade e ineren suficiência de poderes que verifiquei por certidão desta Conservatória que ARQUIVO.

---Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal a dos segundos pela exibição dos seus referidos documentos de identificação.-----

---E, PELO PRIMEIRO OUTORGANTE, NA DITA QUALIDADE, FOI DITO:-----

---Que, no prédio rústico denominado "Monte da Senhora da Graça", da freguesia de Atei, concelho de Mondim de Basto, existe um terreno onde há rochas graníticas e outras ocorrências minerais, que tem vindo a ser usufruído pelos habitantes da dita freguesia de Atei, em cujo domínio comunitário se integra, constituindo assim terreno baldio sob a administração da referida Junta de Freguesia de Atei.-----

---Que em reunião extraordinária de catorze de Julho de dois mil e cinco, a Junta de Freguesia de Atei deliberou por unanimidade conceder autorização para a exploração de pedreiras.-----

---Assim, na qualidade em que intervém, celebra com a sociedade representada dos segundos outorgantes, um contrato de exploração de pedreira de acordo com as cláusulas constantes do documento complementar anexo a esta escritura, elaborado nos termos do art. 64.º, n.º2 do Código do Notariado, que conhecem e aceitam, pelo que dispensam a sua leitura.-----

--- DISSERAM OS SEGUNDOS OUTORGANTES: -----

--- Que para a sua representada aceitam o presente contrato nos termos expressados. -----

--- ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM -----

--- Mais arquivo: a) o mencionado documento complementar; -----

--- b) Planta de localização. -----

Libra 166.12

Folhas 26

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

João Carlos Mota da Silva

João Carlos Mota da Silva

João Carlos Mota da Silva

João Carlos Mota da Silva

A Conservadora em substituição, João Carlos Mota da Silva

Conta registada sob o nº 123456789

Imposto de selo: verba 2 € 45,00 (calculado sobre o valor da renda); verba 15,1 € 25,00

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS  
DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESSENTA E QUATRO DO CÓDIGO  
DO NOTARIADO, PARA INSTRUIR A ESCRITURA DE CONCESSÃO  
DE EXPLORAÇÃO, LAVRADO NO CARTÓRIO NOTARIAL DE MONTE DE BASTO,  
INTESSADA A FOLHAS COMENTA E CÍRCULO DO LIVRO CÍRCULO E SUBSISTENTE E DOIS-EM-

#### Cláusula Primeira

O primeiro outorgante em nome da sua representada cede à segunda outorgante o direito de exploração de massas minerais constituídas por rochas ou granitos existentes no prédio rústico no local denominado "Monte da Senhora da Graça", sito na área de baldio sob a sua administração.

#### Cláusula Segunda

- a) A cessionária pagará ao representante da primeira outorgante uma renda anual de € 5.400,00 ( cinco mil e quatrocentos euros), paga, em duodécimos de € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros)/mês cada, a qual deverá ser paga até ao dia 8 do mês a que respeitar, na sede da representada do primeiro outorgante, sita em Atei, Mondim de Basto.
- b) A renda dos anos subsequentes será a que resultar da actualização legal ou do acordo das partes.

#### Cláusula Terceira

Este prédio está demarcado no local por ambas as partes e está assinalado a azul na planta anexa a este contrato, que dele faz parte integrante, confrontando de todos os lados com terrenos baldios.

#### Cláusula Quarta

A exploração será efectuada a céu aberto e respeitará a legislação vigente sobre exploração de pedreiras, nomeadamente a prevista do Decreto-Lei duzentos e setenta/dois mil e um, de seis de Outubro.

q/s 302

**Cláusula Quinta**

Este contrato teve o seu início em um de Setembro deste ano, pelo prazo de dez anos e será renovável por idênticos períodos a menos que na sua vigência, qualquer das partes dê causa justa à sua rescisão, tendo a segunda outorgante de avisar com antecedência de seis meses relativamente ao termo do prazo.-----

**Cláusula Sexta**

O primeiro outorgante, em nome da seu representada, declarou autorizar a segunda a ceder a sua posição contratual a terceiro, pelo prazo de vigência do presente contrato.-----

**Cláusula Sétima**

Durante a vigência do presente contrato e findo o mesmo, a segunda outorgante cumprirá todas as regras referentes à preservação do equilíbrio ambiental, paisagístico e económico do local, de acordo com a legislação em vigor.-----

João Carlos António Cardoso

João Manuel António Gomes  
Hermes Gomes - Mota Silva  
José Manuel António Almeida

A Comissão

1.º e 2.º de Setembro



31-05-2012 16:20 FREGUESIA ATEI 255386277

Pág. 1

## CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE GRANITO

Entre:

1º CONTRAENTE: Junta de Freguesia de Atei, pessoa colectiva nº. 507 167 589, com Sede em Atei, concelho de Mondim de Basto, na qualidade de legítima administradora dos terrenos baldios desta freguesia, aqui representada pelos seus três membros, e,

2º CONTRAENTE - **IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA**, com o nº. de contribuinte **503714810** com sede em Vilar de Ferreiros, Mondim de Basto, representada pelo seus sócio gerentes Manuel Joaquim Mota da Silva, Joaquim Manuel Mota da Silva e Rui Manuel Mota Oliveira, todos residentes na referida freguesia de Vilar de Ferreiros, é celebrado o presente contrato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

### PRIMEIRA

- 1- A primeira contraente é a legítima administradora dos baldios situados na freguesia de Atei.
- 2- O segundo contraente dedica-se à exploração, trabalho e venda de pedra, nomeadamente de granito.

### SEGUNDA

O 1º contraente, na referida qualidade, põe à disposição do 2º. Contraente, por um prazo de 1 ano, a área de 183.817m<sup>2</sup> do Monte Baldio sito no Lugar denominado "MONTE DA SRª DA GRAÇA- ATEI", para, nesse espaço, explorar granito aí existente. A delimitação dessa área será feita pelo 1º. Contraente, ficando o 2º. Contraente expressamente proibido de ultrapassar os limites estabelecidos.

### TERCEIRA

O contrato tem o seu início em 10 de fevereiro de 2006 e por um período de um ano, sendo renovado automaticamente se ambas as partes estiverem de acordo.

No caso de terminar o contrato o local em causa deverá estar completamente livre de pessoas e bens e recuperado paisagisticamente.

### QUARTA

- 1- A título de retribuição, que inclui a renda fixa e taxa de matagem, o segundo contraente pagará mensalmente à primeira contraente, até ao final do mês a que respeita, a quantia de 500 euros.



31-05-2012 16:22 FREGUESIA ATEI 255386277

Pag. 1



2- O não pagamento da retribuição no prazo estabelecido implica a imediata resolução do contrato.

#### QUINTA

O 2º. Contraente não pode ceder, por qualquer meio ou título a posição adquirida por este contrato.

#### SEXTA

O 2º. Contraente deverá obter junto da Câmara Municipal a respectiva licença do estabelecimento.

#### SÉTIMA

É da responsabilidade do 2º. Contraente tomar todas as providências para garantir a segurança, para além dos seus trabalhadores, de terceiros e de bens que possam ser afectados pela exploração, sendo que todos os prejuízos que venham a causar serão da sua inteira responsabilidade.

#### OITAVA

2º. Contraente fica ainda especialmente obrigado a acompanhar o andamento da exploração com os necessários trabalhos de limpeza e reflorestação de modo a garantir uma total recuperação da fauna e paisagem.

#### NONA

A fim de garantir o integral cumprimento deste contrato, nomeadamente no que respeita à cláusula anterior à 1ª. Contraente assiste o direito de acompanhar a exploração e dar indicações que entender necessárias ao 2º. Contraente, devendo esta observá-las sob pena e imediata resolução do presente contrato e de nunca mais poder vir a ser celebrado novo contrato consigo.

#### DÉCIMA

Cumprindo o 2º. Contraente integral e pontualmente o presente contrato bem como as demais indicações que o 1º. contraente venha a dar-lhe, poderá, findo o presente contrato, haver lugar a novas negociações com o objectivo da celebração de novo contrato.

31-05-2012 16:23 FREGUSIA ATEI 255396277

PAG:1

# DÉCIMA PRIMEIRA

O 2º. Contraente vai empregar na dita exploração, 5 pá carregadora, 2 giratória, 2 compressor, 1 dumper, dando trabalho a 26 pessoas incluindo o próprio.

Feito em duplicado, em Atei, 10 de Fevereiro de 2006

A 1º. Contraente:

*João Mota da Silva*  
*João Carlos Amador Amador*  
*João Jorge da Silva Miguel*

O 2º. Contraente:

*João Mota da Silva*

## ANEXO II



### MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

#### DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL (DIA)

#### "Pedreira Mota I" (Projecto de Execução)

1. Tendo por base a proposta da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) relativa ao procedimento de AIA relativo ao projecto "Pedreira Mota I", em fase de Projecto de Execução, localizada na freguesia de Atel, no concelho de Mondim de Basto, distrito de Vila Real, bem como a análise técnica, da Autoridade de AIA, aos elementos apresentados pelo proponente no âmbito da audiência prévia dos Interessados, realizada nos termos do artigo 100.º, e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo, emito **Declaração de Impacte Ambiental (DIA) desfavorável** à execução do projecto.
2. A emissão de DIA desfavorável é fundamentada no teor do Parecer Final da Comissão de Avaliação (CA), de onde se destacam os seguintes:
  - discrepância entre o projecto apresentado para sujeição a AIA e o projecto que está a ser efectiva e indevidamente implantado, identificada aquando da visita da Comissão de Avaliação ao local, sendo que se verificou a ocorrência de exploração fora da área do projecto sujeito a AIA e parcialmente em áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN);
  - o pedido de licenciamento em análise teria necessariamente de compreender toda a área efectivamente explorada, devendo o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) respectivo incidir sobre a mesma, considerando-se assim que o pedido de licenciamento se encontra insuficientemente instruído e, consequentemente, o EIA não apresenta o conteúdo mínimo exigível nos termos do Anexo III do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua redacção actual;
  - mesmo que se pretendesse futuramente passar a exercer a actividade de exploração nas áreas constantes do projecto submetido a AIA, este projecto deveria incluir as acções de encerramento e recuperação paisagística das áreas exploradas e sobre as quais incide actualmente a exploração.



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente**

12 de Janeiro de 2007,

O Secretário de Estado do Ambiente<sup>1</sup>

Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa

(No uso das delegações de competências, despacho n.º 18162/2005 (2.ª série),  
publicado no Diário da República de 25/07/2005)

<sup>1</sup> O teor do presente documento correspondente integralmente à DIA assinada pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente. A DIA assinada constitui o original do documento, cuja cópia será disponibilizada a pedido.

## ANEXO III

## ACORDO DE DELIMITAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA

PRIMEIRA: IRMÃOS MOTA DA SILVA, LIMITADA, sociedade comercial por quotas, NIPC 503714810, com sede em Vilar de Ferreiros, da vila e concelho de Mondim de Basto, aqui representada pelo seu sócio-gerente, com poderes para o acto, Manuel Joaquim Mota da Silva;-----

SEGUNDA: SOGRANITO-EXTRAÇÃO GRANITOS, LIMITADA, sociedade comercial por quotas, NIPC 503506265, com sede em Fermil - Molares, da vila e concelho de Celorico de Basto, aqui representada pelo seu sócio-gerente, com poderes para o acto, António Augusto Ramada da Silva;-----

-----Que pelo presente declaram que:-----

-----1-Os declarantes possuem ambas concessões para a extracção de granito, no concelho de Mondim de Basto, através de contratos de concessão de exploração celebrados com as Juntas de Freguesia de Atei e de Mondim de Basto;-----

-----2-A área concessionada ao primeiro declarante, é a que se encontra delimitada a amarelo na planta que ora se anexa ao presente documento e que dele fica a fazer parte integrante, enquanto que a área concessionada ao segundo é a que se encontra delimitada a azul, tendo no seu interior a denominação "Sogranitros";-----

-----3-Os declarantes vieram a verificar que uma parcela das áreas concessionadas a cada um deles, era a mesma, pelo que ocorria a sobreposição de áreas;-----

-----4-Face ao referido no ponto anterior, os declarantes, chegaram a acordo, e eliminaram a área de sobreposição dos terrenos concessionados para a extracção de granito, ficando a pertencer a cada um deles, as áreas referidas no ponto 2 supra;-----

-----5-Ambos os declarantes ficam cientes das áreas que integram as suas explorações, e obrigam-se a respeitar os limites definidos na planta anexa.

MONDIM DE BASTO, 2009 JULHO 28

Irmãos Mota da Silva, Lda.

*[Handwritten signature]*  
IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA.  
N.º 59274/2009  
DE BASTO

Sogranito - Exploração Granitos, Lda.

*[Handwritten signature]*  
SOGRANITO - Exploração Granitos, Lda.  
Contribuinte N.º 503 506 263  
Férmil - Molares  
4890-414 Celorico de Basto

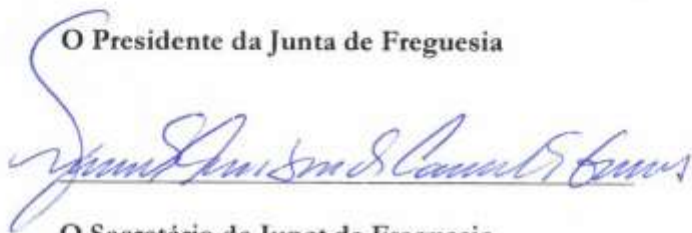




## FREGUESIA DE MONDIM DE BASTO

A JUNTA FREGUESIA DE MONDIM DE BASTO, contribuinte fiscal n.º 507 141 555, com sede na Av. Dr. Augusto Brito, freguesia e concelho de Mondim de Basto, devidamente representada pelo seu Presidente, **Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes**, divorciado, contribuinte fiscal n.º 177 170 093, portador do bilhete de identidade n.º: 8326722 emitido em 09/04/2001, pelo A.I. de Vila Real, residente em Vilar de Viando, concelho de Mondim de Basto, pelo seu Secretário, **Fernando Avelino Oliveira da Silva**, casado, contribuinte fiscal n.º 203 590 821, portador do bilhete de identidade n.º: 7847216, emitido em 19/02/2003, pelo A.I. de Vila Real, residente em Vilar de Viando, concelho de Mondim de Basto, pelo seu Tesoureiro, **António Joaquim Gonçalves Ramos**, casado, contribuinte fiscal n.º: 138 520 500, portador do bilhete de identidade n.º: 6749566, emitido em 15/11/1995, pelo A.I. de Lisboa, residente em Vilar de Viando, concelho de Mondim de Basto, vem na qualidade de administradora do baldio objecto de contrato de arrendamento celebrado com SOGRANITOS – EXTRACÇÃO DE GRANITOS, LD.A, com o NIPC: 503 506 265, com sede em Fermil, freguesia de Molares concelho de Celorico de Basto, e face ao acordo datado de 28 de Julho de 2009, almejado entre esta sociedade e a sociedade IRMÃOS MOTA DA SILVA, LD.A, com o NIPC: 503 714 810, e referente à delimitação territorial das respectivas explorações de pedreira, concordar com a referida delimitação das respectivas áreas de concessão, sem que isso represente por banda deste órgão a intenção de, por ora, proceder à alteração da delimitação administrativa das freguesias onde as referidas pedreiras se encontram implantadas.

O Presidente da Junta de Freguesia



O Secretário da Junta de Freguesia



O Tesoureiro da Junta de Freguesia





Junta de Freguesia de Atei, contribuinte fiscal n.º507167589, com sede no Lugar da Praça, freguesia de Atei e Concelho de Mondim de Basto, devidamente representada pelo seu Presidente, portador do B.I. n.º 10156962 emitido em 06/03/2007, pelo arquivo de identificação de Vila Real, residente no Lugar de Chãos, Freguesia de Atei, Concelho de Mondim de Basto, pelo seu Secretário Artur Jorge da Silva Miguel, portador do B.I. 8070169, emitido em 21/01/2002, pelo Arquivo de identificação de Vila Real, residente no lugar dos Carvalhos, Freguesia de Atei, Concelho de Mondim de Basto, pelo seu tesoureiro José Carlos Amorim Carvalho, portador do B.I. 9378958, emitido em 05/12/2002, pelo Arquivo de identificação de Vila Real, residente no Lugar de Vila Pouca, Freguesia de Atei, Concelho de Mondim de Basto, vêm na qualidade de administradora do baldio objecto de contrato de arrendamento celebrado com IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA, com o NIPC 503714810, com sede em Vilar de Ferreiros, Concelho de Mondim de Basto, e face ao acordo datado de 28 de Julho de 2009, almejado entre esta sociedade e a sociedade SOGRANITOS – EXTRACÇÃO DE GRANITOS, LDA, com NIPC 503506265, com sede em Fermil, Freguesia de Molares, Concelho de Celorico de Basto, e referente à delimitação territorial das respectivas áreas explorações de pedra, concordar com a referida delimitação das respectivas áreas de concessão, sem que isso represente, por parte deste órgão, a intenção de, por ora, proceder à alteração da delimitação administrativa das freguesias, onde as referidas pedreiras se encontram implantadas.

Atei, 29 de Agosto de 2009

*for. Artur Jorge da Silva Miguel*  
*for. José Carlos Amorim Carvalho*  
*for. André Silva Ribeiro*

## ANEXO IV

### Acordo

**Irmãos Mota da Silva, Lda.** neste acto representada pelo Sócio Gerente Manuel Joaquim Mota da Silva, com domicílio profissional em Vilar Ferreiros, 4880-301 Mondim de Basto.

E

**Sogranito - Extração Granitos, Lda.** neste acto representada pelo seu Sócio Gerente António Augusto Ramada da Silva, com domicílio profissional em Nossa Senhora da Graça, 4890-416 Mondim de Basto,

Acordam ambas as partes a prescindir dos limites de defesa existentes entre as pedreiras **Irmãos Mota da Silva, Lda.** e **Sogranito - Extração Granitos, Lda.**, como estipulado no artigo 4 do Decreto -Lei n.º270/2001 de 6 de Outubro, comprometendo-se ambas as partes a efectuar uma exploração conjunta sustentada, nomeadamente a explorar integralmente as frentes de desmonte da pedra e proceder a recuperação integrada das mesmas.

Mondim de Basto, 12 de Fevereiro de 2009

Pela Irmãos Mota da Silva

Manuel Joaquim Mota da Silva



Pela Sogranito - Extração Granitos, Lda.

António Augusto Ramada da Silva  
**SOGRANITO - Extração de Granitos, Lda.**  
Contribuinte n.º 503 308 205  
Fermil Molares  
4890-414 Celorico de Basto

## ANEXO V

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO



### RELATÓRIO

- Artigo 5º do Decreto-Lei nº 340/2007 de 12 de Outubro -

Processo nº P 23

Pedreira de granito ornamental denominada SENHORA DA GRAÇA

Freguesia – Atei

Concelho – Mondim de Basto

Distrito – Vila Real

Requerente – IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA.

Contribuinte – 503714810

Morada – Sobreira de Atei – Senhora da Graça – 4880 MONDIM DE BASTO

Assunto: Relatório do grupo de trabalho criado nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro tendo em vista a regularização de pedreira não titulada por licença.

1 – Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de dois mil e oito, compareceram no local da pedreira supracitada Eng.º Manuel Rodrigues Lopes Amorim da Direcção Regional da Economia do Norte, Arq. José Alexandre de Areia Loureiro Basto da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte e Dr.ª Mariana Martins da Rocha Pereira de Faria da Câmara Municipal de Mondim de Basto, na qualidade de representantes das referidas entidades no grupo de trabalho criado ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 5.º do D.L. 340/2007 de 12 de Outubro.

2 – O projecto em apreciação refere-se à tentativa de licenciamento de uma pedreira de granito ornamental não titulada por licença e foi instruído com base no disposto no já referido artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro.

3 – A pedreira explorada por IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA., localiza-se num raio inferior a 1 Km de outras pedreiras similares, perfazendo com elas uma área superior a 50.000 m², pelo que o seu licenciamento está sujeito ao regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (alínea a) do n.º 2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro).

4 – Da análise do presente processo constata-se que o mesmo se encontra correctamente instruído e verifica-se que:

4.1 – A área total da pedreira é de cerca de 172 816,00 m²;

4.2 – A área já intervencionada é de cerca de 25 000,00 m²;

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO



4.3 – Após consulta às plantas de Ordenamento e de Condicionantes que constituem o Plano Director Municipal (PDM) de Mondim de Basto em vigor, o terreno onde se localiza a pedreira está classificado, na sua totalidade, como Área Florestal Submetida a Regime Legal Específico e em parte, como Zona Florestal do Tipo I e Reserva Ecológica Nacional (REN).

5 – De acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, em áreas afectas à REN são permitidos os usos e acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais, desde que esses usos e acções, cumulativamente:

5.1 - Não coloquem em causa as funções das respectivas áreas, nos termos do Anexo I do referido diploma legal, como é o presente caso em análise; e

5.2 - Constem do Anexo II do referido diploma legal, estando sujeitos à obtenção de autorização.

6 – O sistema da REN onde se encontra inserida a pedreira agora em apreciação denomina-se "Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo", pelo que, de acordo com o estipulado no anexo II do Regime Jurídico da REN, a instalação de novas explorações, ampliação de explorações existentes e instalação dos anexos de exploração (alíneas d) e e) da Secção V – Prospekção e Exploração de Recursos Geológicos, do Anexo II, do D.L. 166/2008 de 22 de Agosto) carecem de autorização da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

7 – Como foi já referido no ponto 3 do presente relatório, a presente pedreira encontra-se sujeita ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), pelo que, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, a pronúncia favorável da CCDR-N em sede de AIA compreende a emissão de autorização.

8 – Em face do exposto e de acordo com o disposto nos n.ºs 7 e 8 do art. 5.º do D.L. 340/2007 de 12 de Outubro o grupo de trabalho emite uma decisão favorável condicionada ao licenciamento da pedreira com os votos favoráveis dos representantes das entidades presentes desde que sejam cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

8.1 – Reconhecimento do interesse concelhio da pedreira por parte da Câmara Municipal de Mondim de Basto;

8.2 – Apresentação de Estudo de Impacte Ambiental da pedreira de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro.

8.3 – No âmbito da avaliação de impacte ambiental deverão ser apresentadas medidas de compensação ambiental a executar na fase de exploração e pós-

*[Handwritten signature]*



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO



exploração, ficando ainda a autorização de exploração da pedreira sujeita a parecer relativo ao plano de pedreira de acordo com o disposto no D.L. 270/2001 de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007 de 12 de Outubro – Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (pedreiras);

8.4 – Apresentação do título comprovativo da propriedade do prédio ou certidão do contrato quando o explorador não for o proprietário. O contrato, celebrado entre o proprietário do prédio e um terceiro nos termos legais, reveste obrigatoriamente a forma de escritura pública (artigo 12.º do D.L. 270/2001 de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007 de 12 de Outubro);

8.5 – Apresentação de declaração de concessão provisória do terreno à exploração de massas minerais pelo tempo de vida útil da pedreira, a emitir pela Autoridade Nacional Florestal, uma vez que a pretensão se situa em Área Florestal Sujeita a Regime Legal Específico;

8.6 - Verificando-se a existência de linhas de água no local, recomenda-se que seja preservado o Domínio Hídrico associado;

8.7 - Dado que se trata de ocupação de solo rural, e verificando-se a utilização de explosivos, de geradores e dos próprios reservatórios de combustível, considera-se de especial importância a obrigatoriedade de o estabelecimento respeitar, além da legislação específica aplicável, aquela que à protecção da floresta diz respeito, nomeadamente o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com a actual redacção;

8.8 – Apresentação de novas plantas topográficas de modo a que o limite da pedreira / zona de defesa, diste pelo menos 50 metros da conduta adutora ao depósito de Pedra Vedra (Sistema de Abastecimento de Santo Apolinário – Abastecimento Público de Água), uma vez que dista da mesma unicamente 20,11 metros;

8.9 – Apresentação de novas plantas topográficas de modo a que o limite da pedreira / zona de defesa, diste pelo menos 50 metros da "Casa de Produtos Tradicionais" localizada junto à estrada da Sr.ª da Graça, uma vez que dista da mesma unicamente 26,71 metros;

8.10 – Remoção da escombreira localizada nas proximidades das infra-estruturas referidas nos dois pontos anteriores;

8.11 – Construção de barreira auditiva e de uma vedação em sebe natural na zona nascente da pedreira, que confronta com um terreno privado, para o qual existe já uma certidão de interesse concelhio para a construção de um empreendimento turístico.

*[Handwritten signature]*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO



9 – Na sequência da emissão, por parte do grupo de trabalho, de uma decisão favorável condicionada ao licenciamento da pedreira explorada por IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA., a Direcção Regional da Economia do Norte notificará o requerente da mesma e concederá o prazo de um ano para que seja apresentado o pedido de atribuição de licença de exploração instruído nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro.

10 – Propõe-se ainda que, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro, seja permitida a exploração da pedreira a título provisório pelo prazo de um ano a contar da data da notificação da decisão favorável condicionada.

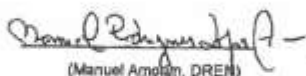
11 – Caso o proprietário da exploração não cumpra o proposto pelo grupo de trabalho dentro dos prazos concedidos a entidade licenciadora procederá à notificação para o encerramento e recuperação do sítio de acordo com o previsto no n.º 12 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro.

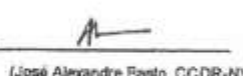
12 – O processo de encerramento e recuperação do sítio deverá ser feito de acordo com o disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro. O explorador deverá comunicar o facto à DREN, na qualidade de entidade licenciadora, que por sua vez dará conhecimento à CCDR-N enquanto entidade responsável pela aprovação do PARP, que procederão a uma vistoria à exploração, nos termos do artigo 31.º dos citados diplomas legais, por forma a verificar o cumprimento das condições de encerramento da pedreira. Propõe-se ainda que a Câmara Municipal de Mondim de Basto seja igualmente informada de todas as diligências e que participe na vistoria uma vez que faz parte integrante do presente grupo de trabalho.

13 – Chama-se particular atenção para o n.º 5 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de Outubro alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro, no qual é dito que constitui contra-ordenação ambiental muito grave punível nos termos da Lei n.º 50/2006 de 29 de Agosto, a inobservância do disposto no artigo 49.º, isto é, o encerramento de uma pedreira sem que o seu proprietário proceda à devida recuperação.

Mondim de Basto, 26 de Novembro de 2008.

O Grupo de Trabalho,

  
(Manuel Amotim, DREN)

  
(José Alexandre Basto, CCDR-N)

  
(Mariana Faria, CM Mondim de Basto)



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**

**Direcção Regional da Economia do Norte**

**LICENÇA DE EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA  
A TÍTULO PROVISÓRIO**

**(Art.º 5º do D.L. 340/2007 de 12 de Outubro)**

1 - À pedreira de granito **P23**, denominada **SENHORA DA GRAÇA**, com a área total de **172 816,0** metros quadrados, situada no lugar da Senhora da Graça, freguesia de Ateí, concelho de Mondim do Basto, distrito de Vila Real, com os seus limites definidos pelos vértices referenciados em coordenadas rectangulares planas, do sistema Hayford-Gauss, referidas ao Ponto Central.

2 - Por despacho de **2010.03.31** do senhor Director Regional, foi concedida a licença de exploração provisória à pedreira ao abrigo do disposto no nº 10 do art.º 5º do Decreto Lei 340/2007 de 12 de Outubro, pelo prazo de um ano, a contar da notificação ao explorador **IRMÃOS MOTA DA SILVA, LDA.**, contribuinte nº **503714810**, com sede Sobreira de Ateí Senhora da Graça, 4860 MONDIM DE BASTO.

3 - A exploração da pedreira fica sujeita ao cumprimento da proposta do grupo de trabalho previsto no nº 2 do art.º 5º do D.L. 340/2007 de 12 de Outubro que se anexa à presente licença.

4 - Para além destas condicionantes o explorador fica também obrigado ao cumprimento das seguintes normas de carácter geral:

4.1 - Nas vias de circulação e no perímetro da exploração, terá que ser implementado um sistema de aspersão e/ou de pulverização por água, de forma a minimizar a formação e a propagação de poeiras provenientes da circulação de viaturas e trabalhos de exploração e transformação da matéria-prima;

4.2 - Por questões de segurança de terceiros, terá que ser implantada uma vedação em redor da área da pedreira e colocada sinalização de segurança adequada;

4.3 - Apesar de não se preverem impactos relacionados com o ruído, poeiras e vibrações sobre as populações mais próxima, no caso de existir qualquer situação de incomodidade, aplicar-se-ão as disposições regulamentares em vigor.

4.4 - Deverão ser cumpridas as zonas de defesa previstas no anexo II do D.L. 270/2001 de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007 de 12 de Outubro;

4.5 - Deverá ser cumprido o disposto no Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras - Decreto Lei 162/90 de 22 de Maio;





**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**  
**Direcção Regional da Economia do Norte**

**5 -** Caso o proprietário da exploração não cumpra o proposto pelo grupo de trabalho dentro dos prazos concedidos deverá proceder ao encerramento do sítio de acordo com as condições previstas nos n.ºs. 11 e 12 do art.º 5º do D.L. 340/2007 de 12 de Outubro.

**5.1 -** Neste caso, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 49º do D.L. 270/2001 de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007 de 12 de Outubro, o explorador deverá encerrar a exploração e proceder à recuperação da área da pedreira.

**5.2 -** Após o processo de encerramento e recuperação do sítio, de acordo com o referido no n.º 2 do art.º 49º dos citados diplomas legais, deverá ser o facto comunicado a esta Direcção Regional. Posteriormente será efectuada uma vistoria ao local, nos termos do art.º 31º dos citados diplomas legais, a fim de se verificar o cumprimento da recuperação da área de pedreira juntamente com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional - Norte e a Câmara Municipal respectiva, como entidades integrantes do grupo de trabalho.

**5.3 -** Ainda de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 59º dos citados diplomas legais, constitui contra-ordenação ambiental muito grave o encerrar de uma exploração sem que o responsável proceda à recuperação da área da pedreira de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 49º dos citados diplomas legais, sendo este facto punível nos termos da Lei nº 50/2006 de 29 de Agosto.

**6 -** Anexa-se uma cópia do processo de pedido de licenciamento de pedreira não titulada por licença, ao abrigo do disposto no art.º 5º do D.L. 340/2007 de 12 de Outubro, que, de acordo com o disposto no art.º 57º do D.L. 270/2001 de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007 de 12 de Outubro, deverá ser conservada em local próprio de modo a permitir a sua consulta por parte das entidades fiscalizadoras com poderes para tal, sempre que por estas solicitado.

Porto, 31 de Março de 2010

O Director Regional,

(Manuel Humberto Gonçalves Moura)

## ANEXO VI



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direcção Regional da Economia do Norte

### PROPOSTA DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL

Processo n.º 170/2010

Requerente: Irmãos Mota da Silva, Lda


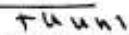

Localização: Sobreira de Atei - Pedreira n.º 6657 "Senhora da Graça" - Atei - Mondim de Basto

Actividade: Fabricação de artigos de granito e de rochas, n. e.

Tipo: 2

Potência Contratada: 250,0 kVA

Número de trabalhadores: 11+6

<p>Processo de Regularização do Estabelecimento Industrial do Grupo de Trabalho</p> <p> Paulo José Barata Balguciro Pitta Chefe de Divisão dos Recursos Geológicos 23.10.2011</p> <p><u>3 / 11 / 2011</u>  Filipe Manuel Andrade Castro Soutinho (Director de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos)</p>	<p><i>Homologado.</i></p> <p> <u>10 / 11 / 13</u> Manuel Humberto Gonçalves Moura (Director Regional da Economia do Norte)</p>
--	--

Pág. n.º 1/4



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO**

Direcção Regional da Economia do Norte

**Pº nº 170/2010**

1 - Na sequência da apresentação do pedido de regularização, no âmbito do Artº nº 69º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro do estabelecimento industrial, foi o grupo de trabalho, previsto no Artº. 70º do citado diploma legal, constituído pelos representantes seguintes:

- Câmara Municipal de Mondim de Basto - Arqto Telmo E. Quintas Ribeiro
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Engº Joana Ferreira
- Direcção Regional de Economia do Norte (entidade coordenadora) –Engª Júlia Manuela Ferreira

2 - O grupo de trabalho reuniu e visitou o local em 2011-10-25

**3 – ANÁLISE DO PEDIDO**

Da análise do pedido pelo grupo de trabalho expõe-se o seguinte:

O estabelecimento industrial, anexo de pedreira, insere-se na área da Pedreira nº 6657, denominada "Senhora da Graça", sujeita a regime de Avaliação de Impacte Ambiental, com o licenciamento em curso.

De acordo com a informação do representante da Câmara Municipal de Mondim de Basto:

O estabelecimento industrial, situa-se em zona classificada no Plano Director Municipal de Mondim de Basto, como Área Florestal Submetida a Regime Legal Específico.

A construção existente, em termos de licenciamento municipal, não se encontra em situação regular, relativamente ao processo existente na Câmara.

**4 – PROPOSTA DE DECISÃO**

O Grupo de Trabalho, de acordo com o previsto na alínea b) do ponto 1 do Artº 72º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro, propõe **decisão favorável sobre o pedido de regularização condicionada a:**

- Apresentação da Declaração de Impacte Ambiental favorável, resultante do Estudo de Impacte Ambiental, que faz parte do licenciamento da pedreira.

**Pág. nº 2/4**



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direcção Regional da Economia do Norte

FC  
ART II

- Deve, depois, ser dada continuidade ao processo de licenciamento das construções, com a referência L-MUA nº 10/2011, na Câmara Municipal de Mondim de Basto, de acordo o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – DL nº 555/1999 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010 de 30 de Março.

Deve, ainda, ser dado cumprimento às seguintes condições:

1. Deve ser apresentada a planta da pedreira com o estabelecimento industrial implantado, em escala não inferior a 1/2000.
2. Deve ser apresentada a planta do estabelecimento industrial, com a implantação dos equipamentos, em escala não inferior a 1/200.
3. Deve ser apresentada a avaliação nos locais de trabalho das poeiras totais, das poeiras respiráveis, incluindo os teores de sílica.
4. Deve ser visível em pontos convenientes, a sinalização de segurança adequada aos riscos inerentes aos postos de trabalho.
5. Os operários devem dispor e usar equipamento de protecção individual adequado às operações industriais que executam, nomeadamente na zona de jacto de areia.
6. Nas vias de circulação deve haver regas frequentes ou ser implementado um sistema de aspersão de água, de forma a minimizar a formação e a propagação de poeiras, em tempo seco.
7. As águas de escorrência, resultantes do funcionamento das serras de corte, devem ser encaminhadas de forma adequada para os tanques decantadores.
8. Os tanques de recolha das águas residuais industriais devem ser dotados de melhores condições e vedação adequadas.
9. Os recipientes do óleo devem ser colocados em local adequado, estanques, com tina de retenção e recolha, de modo a evitar derrames para o solo.
10. A zona de fabrico de cubos deve ser dotada de condições de segurança, para os trabalhadores e de protecções nas zonas de queda em altura.
11. Deve haver água potável para os trabalhadores beberem, fornecida em condições higiénicas, em quantidade suficiente e em local acessível.
12. Deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-Lei nº 73/2011 de 17 de Junho, e deverão ser preenchidos anualmente os mapas de registo de resíduos industriais, nos termos da Portaria nº 1408/2006 de 18 de Dezembro.





**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO**

**Direcção Regional da Economia do Norte**

13. A armazenagem de resíduos na empresa, nomeadamente os resíduos metálicos, até à sua recolha e envio para destinos finais, deverá ser efectuada em local adequado, com indicação do respectivo código LER.
14. Devem melhorar as condições dos pavimentos dos locais de trabalho, no estabelecimento industrial.
15. A instalação eléctrica deverá ser revista por forma a assegurar que a sua utilização não constitui factor de risco para os trabalhadores, por contacto directo ou indirecto.
16. As instalações sanitárias e de vestiário devem obedecer ao disposto nos artigos nos 139.º e 140.º da Portaria n.º 53/71 de 3 de Fevereiro, alterado pela Portaria n.º 702/80 de 22 de Setembro.

Mondim de Basto, 25 de Outubro de 2011

**O Grupo de Trabalho,**

Câmara Municipal de Mondim de Basto - Anete Telma Ribeiro Telma Ribeiro

C.C.D.R.N - Eng.ª Joana Ferreira Joana Ferreira S. I. Ferreira

DREN - Júlia Manuela L. R. Ferreira, Eng.ª Júlia Manuela

## ANEXO VII



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO  
Direção Regional da Economia do Norte

Exmos. Sr<sup>es</sup>.

Irmãos Mota da Silva, Lda  
Vilar de Ferreiros  
4880-301 Mondim de Basto

C/AR

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		1168/DRG	2012-09-03

ASSUNTO: Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto da Pedreira n.º 6657 "Senhora da Graça" – Projeto de Declaração de Desconformidade do Estudo de Impacte Ambiental – Anexo II – ponto 2 a)  
Local: Sobreira de Atei  
Freguesia: Atei – Concelho: Mondim de Basto – Distrito: Vila Real  
Irmãos Mota da Silva, Lda.

Relativamente ao assunto em epígrafe, em resultado da apreciação técnica do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), e em cumprimento do disposto no ponto 4 do Art.º 13.º do Decreto – Lei n.º 69/2000, de 03 de Maio, com a redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 08 de Novembro, notifica-se, V.ª Ex.ª, do **Projeto de Declaração de Desconformidade do EIA**, remetido pela Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Face ao exposto, para efeitos de audiência prévia escrita dos interessados, concede-se o **prazo de 10 dias**, nos termos previstos nos art.ºs. 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

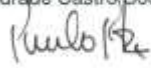
Anexo:

Projeto de Declaração de Desconformidade do Estudo de Impacte Ambiental.

Com os melhores cumprimentos,

 O Director de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos,  
(Filipe Manuel Andrade Castro, Soutinho)

MF/

  
Paulo José Barata Selgueiro Pita  
Chefe de Divisão dos Recursos Geológicos

*Eng. Manuel Teixeira*  
*Para notificar o*  
*proponente*  
*12.05.03*

**CCDRN**  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

*Ex. Sr. Alvaro Carvalho,*  
*Para conhecimento e uso*  
*em o solicitado.*  
*Alvaro*  
*12.05.03*

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
**DRE-Norte**

Recebida em 31/08/2012  
N.º de Entrada 13324  
Assinatura: [assinatura]

Exmo, Senhor  
Diretor Regional de Economia do Norte  
Dr. Eduardo Jorge Paço Viana  
Rua Direita do Viso, 120  
4250-195 PORTO

**Registado c/ aviso receção** **Diretor Regional**  
**Eduardo Jorge Paço Viana**  
Sua referência: 1021/DSIRG  
Sua comunicação: *[assinatura]*  
Nossa referência: Proc.º 561444  
784/AIA - DAA  
ID 1253387  
Data: 2012-08-29

**Assunto(Subject):** Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto da Pedreira n.º 6657, denominada "Senhora da Graça" - **Projeto de Declaração de Desconformidade do Estudo de Impacte Ambiental.**  
Classificação: Anexo II - ponto 2 a)  
Proponente: Irmãos Mota da Silva, Lda.  
Entidade Licenciadora: Direção Regional da Economia do Norte

Relativamente ao assunto em epígrafe, e de modo a prestar cumprimento ao disposto no ponto 4 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com a redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, junto se envia para notificação ao proponente, o projeto de Declaração de Desconformidade do Estudo de Impacte Ambiental, para efeitos de audiência prévia escrita dos interessados, que se deverão pronunciar no prazo de dez dias, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do CPA.

Para efeitos de contagem do prazo estipulado para a Audiência Prévia, solicita-se a V/ Exa., se digne a comunicar a esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, com a maior brevidade possível, a data de notificação do requerente para este se pronunciar.

Com os melhores cumprimentos,

*[assinatura]*  
Vice-Presidente da CCDR-Norte,

*[assinatura]*  
Direção de Serviços de Apoio  
(Alvaro Carvalho)  
Em anexo: O memorando  
*[assinatura]*  
MAC/.

Doc. 1253387- 30-08-2012  
01253387

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DA PÁRIA, DO AMBIENTE E DO  
DESENVOLVIMENTO RURAL

RUA D. ESTEFÂNIA, 211 - 4150-354 PORTO - WWW.CCDR-NPT  
TEL. 226 384 300 - FAX: 226 381 480 - E-MAIL: GERN@CCDR-NPT





## PROJETO DE DECLARAÇÃO DE DESCONFORMIDADE

no âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do Projeto da Pedreira n.º 6657, denominada "SENHORA DA GRAÇA"

Proponente: Irmãos Mota da Silva, Lda.

(Freguesia de Ateí, Concelho de Mondim de Basto)

Dando cumprimento à legislação em vigor, relativa ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a Direção Regional de Economia do Norte, na qualidade de entidade licenciadora, apresentou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao projeto de execução da Pedreira n.º 6657, denominada "Senhora da Graça", cujo proponente é a empresa Irmãos Mota da Silva, Lda.

O projeto em avaliação localiza-se na freguesia de Ateí, concelho de Mondim de Basto, distrito de Vila Real.

A CCDR-N, enquanto Autoridade de AIA, de acordo com o disposto no ponto 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída pelas seguintes entidades:

- CCDR-Norte, que preside à CA;
- Direção Regional de Cultura do Norte (DRC-N), de acordo o disposto na alínea d);
- Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. (ARH-N), nos termos do n.º 6 do artigo 1.º do Regulamento das CA;
- Direção Regional de Economia do Norte (DRE-N), na qualidade de entidade licenciadora do projeto, nos termos do n.º 8 do artigo 1.º do Regulamento das CA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE E DO  
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO  
**VCSAUR**  
RUA RAÍMHA D. ESTEFÂNIA, 151 - 4100-009 PORTO - WWW.CCDR-N.PT  
TEL.: 224 084 300 - FAX: 224 941 480 - E-MAIL: GERAL@CCDR-N.PT



De acordo com o estipulado no ponto 4 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de Novembro, tendo o procedimento sido instruído a 20 de Agosto de 2012, o prazo previsto para a CA se pronunciar sobre a conformidade do EIA do projeto em avaliação termina a 28 de Setembro de 2012.

O mesmo artigo, no ponto 8, estipula que a Declaração de Desconformidade do EIA deve ser fundamentada, determinando-se assim o encerramento do processo de AIA.

#### Antecedentes do Projeto

A pedreira, objeto do procedimento de AIA, faz parte do núcleo de pedreiras conhecidas como "Pedreiras da Senhora da Graça".

Esta pedreira foi já objeto de procedimento de AIA, designada à data como "Pedreira Mota I", tendo sido exarada, em Janeiro de 2007, uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável.

A Pedreira nº 6657, designada "Senhora da Graça", encontra-se licenciada provisoriamente, junto da Direção Regional de Economia do Norte, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 340/2007, de 12 de Outubro, desde Setembro de 2009.

Desta pedreira faz parte um estabelecimento industrial, destinado ao fabrico de artigos de granito, cujo licenciamento decorreu ao abrigo do processo de regularização, nos termos do artigo 69.º e seguintes do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro, encontrando-se a aguardar decisão sobre o procedimento de AIA da pedreira, dado tratar-se de um anexo da mesma.

O proponente efetuou um acordo voluntário com o explorador Granitos da Senhora da Graça, Lda., da pedreira contígua, nº 6691, denominada "Granito I", situada nas freguesias de Ateí e Mondim de Basto, tendo em vista a eliminação das zonas de defesa entre as duas pedreiras.



**vasilva**  
RUA RAFAEL D. ESTEFÂNIA, 23 | 4150-354 PORTO | WWW.CCDR-N.PT  
TEL: 226 006 300 / FAX: 226 061 486 | E-MAIL: GERAL@CCDR-N.PT



#### Apreciação da Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental

Analisada a documentação constituinte do EIA, entende-se não estar reunida toda a informação necessária para uma correcta compreensão do projecto e respectivos efeitos no ambiente, já que o Estudo em conjunto com o Projeto se admitem incoerentes e evidenciam demasiadas falhas ao nível dos critérios integrantes do documento denominado "Critérios para a Fase de Conformidade em AIA", desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Desde logo, e constituindo-se, *per si*, motivos suficientes para fundamentar a desconformidade do EIA, salientam-se:

1. O facto de o Estudo não abranger toda a área a licenciar, já que os anexos industriais, sociais e de apoio, afetos à pedreira, localizados numa área contígua à pedreira, não foram objeto de avaliação. De referir que a área determinada na licença de exploração provisória emitida ao abrigo do Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, contempla os anexos de pedreira, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, uma Pedreira é definida como "o conjunto formado por qualquer massa mineral objeto do licenciamento, pelas instalações necessárias à sua lavra, área de extração e zonas de defesa, pelos depósitos de massas minerais extraídas, estêreis e terras removidas e, bem assim, pelos seus anexos". Pelo exposto, as instalações industriais, sociais e de apoio deveriam, necessariamente, estar contempladas na área a licenciar, objeto de estudo.
2. Tal como referido anteriormente, o proponente efetuou um acordo voluntário com o explorador Granitos da Senhora da Graça, Lda., da pedreira contígua, n.º 6691, denominada "Granito 1", situada nas freguesias de Ateí e Mondim de Basto, tendo em vista a eliminação das zonas de defesa entre as duas pedreiras.

No entanto, o EIA nada refere acerca deste facto.

Face ao exposto, deveria ter sido apresentado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 35º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de Outubro, um Plano de Pedreira integrado, dado tratar-se de um projeto de coordenação de exploração de pedreiras contíguas;



MINISTÉRIO DA AMBIENTURA  
DO MAR, DO AMBIENTE E DO  
DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

**RAEDUC**  
RUA RAÍMUNDA, ESTEFÂNIA, 251 - 4150-304 PORTO - WWW.CCDRN.PT  
TEL.: 224 986 386 FAX: 224 961 480 E-MAIL: GERAL@CCDRN.PT



3. Verifica-se igualmente que o Plano de Pedreira não se encontra instruído com os elementos constantes do Anexo VI do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, pelo que seria necessária a sua reformulação.

Assim sendo, toda a análise realizada está, desde logo, comprometida.

Em acréscimo, e de não somenos importância, salientam-se as seguintes lacunas do EIA:

1. Os antecedentes do projeto, não se encontram devidamente clarificados, aspeto de relevante importância para enquadramento das circunstâncias atuais.

A este respeito, evidencia-se o facto de esta pedreira ter já sido objeto de procedimento de AIA, designada à data como "Pedreira Mota I", tendo sido exarada uma Declaração de Impacte Ambiental desfavorável em Janeiro de 2007, por o projeto não se conformar com a realidade territorial que a CA encontrou aquando da visita. Tal circunstância, tal desajuste, foi nesse momento confirmada pelo projetista de então;

2. Ausência total de peças desenhadas;
3. Ausência de caracterização da situação atual da área da pedreira, bem como das áreas intervenionadas, à data e previstas;
4. Deficiente caracterização da envolvente da pedreira;
5. Os impactos cumulativos não estão devidamente identificados e avaliados;
6. Ausência de localização da linha de água existente;
7. Inexistência de um cronograma, correspondente ao faseamento do Plano de Lavra;
8. Ausência de descrição das ações de recuperação, quer da "área a recuperar", quer do restante Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) e respetivos cronogramas;



REPÚBLICA PORTUGUESA  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE  
**Rosário**  
RUA SÁBIA D. ESTEFÂNIA, 251 - 4150-004 PORTO - WWW.CCDR-N.PT  
TEL.: 224 386 386 - FAX: 224 961 486 - E-MAIL: GERAL@CCDR-N.PT



9. Os orçamentos do PARP não se encontram devidamente apresentados. Deveriam apresentar todas as ações e materiais a desenvolver/utilizar na execução do PARP.

Os orçamentos deveriam ser validados com, pelo menos, três propostas, correspondentes a três consultas a empresas da especialidade, de forma a integrar a indicação de preços unitários referenciados aos valores do mercado, ou seja, de empresas da especialidade (não são admissíveis valores unitários, baseados na execução pelo próprio e/ou com meios a disponibilizar pelo próprio explorador);

10. Não existe qualquer referência ao Fator Ambiental Vibrações;

11. No que se refere aos Fatores Ambientais Geologia e Geomorfologia, denota-se:

- a) Ausência da caracterização da Geomorfologia, ao nível local;
- b) Inexistência da caracterização dos impactos em todas as fases do projeto;
- \* c) Ausência da caracterização dos impactos cumulativos.

Sem prejuízo do atrás exposto, também se evidenciam outras lacunas e/ou deficiências que importaria colmatar, assim como informação adicional a complementar:

1. As zonas de defesa não estão contempladas em todo o perímetro da pedreira, nem são identificados os objetos a proteger nem as distâncias aos mesmos;
2. Identificação de uma área de proteção ambiental, para a qual não é explicitado o enquadramento;
3. Ausência da identificação da classe de pedreira, de acordo com a legislação vigente para a pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras) e da apresentação da quantidade média mensal de substâncias explosivas prevista;
4. A Planta de Localização, constante do Plano de Pedreira, não é perceptível. A escala é desadequada;
5. As peças desenhadas do Plano de Pedreira não estão devidamente identificadas nem refletem a situação atual;



SECRETARIA REGIONAL DO NORTE  
RUA RAFAEL D. ESTANHA, 221 - 4100-304 PORTO - WWW.CCDRN.PT  
TEL: +351 229 300 100 FAX: +351 229 300 101 E-MAIL: SECRET@CCDRN.PT



6. A afirmação "Assim, pode constatar-se que todos os trabalhos na pedreira estarão concluídos no fim do 12º ano a contar da data de elaboração deste Plano de Pedreira" (página 80) não é concordante com o período de vida útil estimado para a pedreira (55 anos).
7. Em matéria de Recursos Hídricos, denotam-se em falta:
  - a) Localização, numa planta à escala adequada, da captação de água subterrânea referida no ponto 2.6.1 do Plano da Pedreira, e identificação do título de utilização dos recursos hídricos que permite a captação de água desse furo;
  - b) Localização, numa planta à escala adequada, das bacias de decantação que receberão as águas pluviais do interior da pedreira e do ponto de descarga no meio recetor (linha de água), com indicação da sua capacidade (m³). Esta planta deverá ainda contemplar toda a rede de drenagem associada;
  - c) Localização, numa planta à escala adequada, da fossa estanque de armazenamento de efluentes domésticos, com indicação da sua capacidade (m³) e número de utilizadores;
  - d) Identificação e descrição das medidas de mitigação previstas para evitar o arrastamento, transporte e deposição de partículas sólidas, hidrocarbonetos e outros materiais contaminantes, resultantes das operações no interior da área do projeto que não é contemplada com o sistema de valas de drenagem como o que está previsto para a área de exploração;
8. Em termos de Ordenamento do Território:
  - a) O projeto tem que ser reconhecido, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal;
  - b) A pretensão carece de parecer por parte da Autoridade Florestal Nacional;
9. No âmbito do descritor Paisagem, não existe qualquer documento do EIA respeitante a cartografia setorial de caracterização (hipsometria, fisiografia, declives, exposição de encostas, etc.), ou cartografia de análise visual, com demonstração dos pontos de tomadas de vista a que correspondem as fotografias apresentadas na página 75 e seguintes do EIA, e indicação dos ângulos de expansão visual de dentro da área do projeto para fora e vice-versa.



Estas lacunas refletem-se obrigatoriamente na caracterização da situação de referência, identificação e classificação de impactes e respetivas medidas de minimização, o que naturalmente implicará a revisão e reformulação do descritor;

10. Encontra-se em falta, relativamente ao plano de monitorização para o descritor "Qualidade do Ar" a identificação e localização dos pontos sensíveis a monitorizar.

11. No que respeita ao fator ambiental Biologia (fauna e flora), considera-se que as deficiências de informação e de análise apresentadas não permitem conhecer satisfatoriamente a situação de referência da área de intervenção e da sua área envolvente, bem como a adequação da avaliação de impactes e propostas de medidas de minimização realizadas. Neste contexto, entende-se que o EIA deveria dar resposta adequada às questões seguintes:

- a) Apresentação da planta de localização da pedreira a escala adequada, permitindo visualizar os seus limites, bem como a delimitação da área envolvente objeto de estudo e prospeção;
- b) Explicitação da metodologia adotada, data de realização e duração do trabalho de campo, bem como a localização das áreas inventariadas;
- c) Apresentação de cartografia com a localização do Parque Natural do Alvão e do Sítio Alvão/Marão com indicação das distâncias à área do projeto;
- d) Aprofundamento da caracterização de referência com consulta a outras fontes de informação;
- e) Menção e eventual confirmação junto do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) da ocorrência de espécies da flora e de habitats naturais ou semi-naturais da Diretiva Habitats;
- f) Estudo mais aprofundado e localizado da flora, indicando as espécies inventariadas no trabalho de campo, por estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo, com o seu nome comum, a referência à eventual existência de espécies *RELAPE*, ao seu estatuto de proteção, diversidade, abundância, grau de cobertura e indicação dos biótopos em que ocorrem, fora e dentro da área de exploração, bem como a sua cartografia, indicando a localização dos locais inventariados;



- g) Elaboração a escala adequada da carta dos biótopos identificados, dentro da área da exploração e na sua envolvente, acompanhada da respetiva descrição e caracterização e de fotos elucidativas;
- h) Esclarecimento e demonstração do rigor técnico-científico do trabalho de elaboração das listagens da fauna apresentadas, com indicação das espécies confirmadas no terreno e explicitação dos seus biótopos de ocorrência;
- i) Estudo e descrição das inter-relações existentes entre a fauna e os biótopos em que ocorrem;
- j) Desenvolvimento adequado da avaliação de impactes, suprimindo a falta de correspondência entre o grau de significância atribuído aos impactes e as considerações realizadas na caracterização da situação de referência;
- k) Avaliação dos impactes cumulativos decorrentes da atividade extrativa na envolvente da exploração, de modo a identificar e propor medidas de minimização de carácter abrangente;
- l) Desenvolvimento do estudo das medidas de minimização dos impactes negativos para as fases de exploração e de recuperação;
- m) Reformulação do PARP com a apresentação de uma proposta de recuperação paisagística a implementar em paralelo com o plano de lavra, adequada aos objetivos de reconstituição do coberto vegetal autóctone, o qual poderá cumprir simultaneamente funções de enquadramento paisagístico e de recreio e lazer, tendo em devida consideração as diretrizes do PROF Tâmega para a área em causa e o papel do coberto vegetal no incremento e valorização da fauna selvagem regional;
- n) Proposta de plantação de cortinas arbóreas, cuja composição (espécies arbóreas e arbustivas da flora autóctone), dimensionamento e esquema de plantação, deverão dar resposta ao atrás explicitado;
- o) Definição de um Plano de Monitorização da flora e da fauna que acompanhe o desenvolvimento do coberto vegetal e das espécies animais, no âmbito do processo de recuperação paisagística da pedreira, através da implementação do PARP;

12. No que concerne ao descritor "Resíduos", o EIA deveria:

- a) Efetuar a caracterização da situação de referência, quanto à produção de resíduos, mencionando designadamente o enquadramento legal e os procedimentos a utilizar;
- b) Identificar e avaliar os impactos ambientais, resultantes da produção e gestão dos resíduos, para cada uma das fases (construção, exploração/funcionamento e desativação);
- c) Apresentar as medidas de minimização necessárias implementar para cada uma das fases, de forma a mitigar os impactos ambientais;
- d) Incluir um Plano de Monitorização relativo ao descritor em questão para as diversas fases do projeto, o qual deverá incluir os objetivos a monitorizar, parâmetros, metodologia e periodicidade.

13. Em termos dos fatores Sócio-Económicos, salienta-se:

- a) Ausência de cartografia com a identificação das restantes indústrias extrativas na envolvente, dos acessos, das povoações e de todos os recetores sensíveis;
- b) Na caracterização da envolvente, é referida a existência de uma habitação, a mais próxima da pedreira, a cerca de 300 m para Noroeste, e na avaliação do ruído e da qualidade do ar é referido terem sido efetuadas medições no recetor sensível mais próximo, numa habitação a 600 metros da zona de extração. Considera-se necessário esclarecer qual o critério para a definição dos locais de amostragem;
- c) Relativamente ao índice de incomodidade junto aos aglomerados populacionais, devido ao fluxo de tráfego, o estudo refere que o movimento previsto não ultrapassará o que já se verifica, não sendo apresentado qualquer valor;
- d) Nada é referido sobre medidas que promovam a divulgação do plano de trabalhos pelas povoações possivelmente afetadas, nomeadamente os horários das pegas de fogo;
- e) Dada a data de apresentação do EIA, considera-se que os dados apresentados na Socioeconomia deveriam ter como fonte os CENSOS de 2011;



- f) Na caracterização da atividade, deveriam ser mencionadas as características da rocha a extrair, mercados a que se destina e a relevância económica do recurso;

14. No que se refere ao descritor património cultural, verifica-se que:

- a) O EIA não integra o relatório do descritor património cultural, nem faz referência ao seu autor. Não é claro se o capítulo 5.10., relativo a este descritor é uma parte do relatório original, o seu todo, ou uma composição de partes do mesmo;
- b) O EIA não é claro no significado das áreas referidas como "área de proteção ambiental" e "área de recuperação imediata". Do mesmo modo, parece haver algumas incongruências relativamente às áreas de exploração;
- c) No descritor património (capítulo 5.10.) faz-se alusão à existência de três sítios com interesse patrimonial (1. Aqueduto do Comendador Alfredo Álvares de Carvalho; 2. Estação de Arte Rupestre de Campelo; 3. Crastoelro), bem como o alto da Sra. da Graça com o santuário de 1775, o Menir de Pedralva e Pedralva 2 (arte rupestre).  
\* Todos estes elementos se encontram distanciados da área de projeto, com a exceção do Aqueduto do Comendador Alfredo Álvares de Carvalho, o qual se localiza junto ao limite noroeste da área de projeto.

Face às dúvidas expostas, não fica claro qual o grau de possível impacto sobre o aqueduto, nem as medidas a prever.

15. Em relação aos aspetos de participação pública, após a análise efetuada ao Resumo Não Técnico (RNT), considera-se que o mesmo não apresenta as condições necessárias para abertura da Consulta Pública, tendo como base a nota técnica "Critérios de Elaboração de resumos Não Técnicos" elaborada pela Agência Portuguesa do Ambiente" e os Critérios para a Fase de Conformidade em AIA.

Neste seguimento, o RNT deveria ser reformulado, tendo em consideração o seguinte:

- a) Apresentação do enquadramento cartográfico do projeto a nível nacional, regional e local, de forma a proporcionar uma leitura adequada, pelo que deveria ser reformulada a "fig. nº 1";
- b) Toda a cartografia deve conter escala gráfica e orientação norte e legenda;



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO  
Ordenamento do Território  
**KOSMOS**  
RUA RAFAEL D. ESTEFÂNIA, 251 - 4150-304 PORTO - WWW.CCDRN.PT  
TEL.: 228 084 388 - FAX: 224 061 480 - E-MAIL: GERAL@CCDRN.PT

- c) A cartografia utilizada, deve ser referenciada, incluir elementos estruturantes, estradas, linhas de água, povoações, e elementos complementares, a "fig. nº 2" não tem leitura;
- d) Correção da "tabela nº 1. Síntese das áreas de pedreira" já que não apresenta qualquer área;
- e) A apresentação gráfica deve ser suficientemente simples e atrativa, permitindo perfeita legibilidade. Ao longo do presente documento são detetados elementos intrusivos que dificultam a sua leitura;
- f) Todos os acrónimos e siglas devem ser explicitados por extenso na primeira vez que são utilizados (pe, na pág. 7 "O PP constitui (...)");
- g) Indicação da fase em que se encontra o projeto, utilizando-se uma das fases constantes da legislação sobre AIA;
- h) Ter redação própria e constituir um documento autónomo que reflete o EIA, mas não ser o resultado de colagem deste;
- i) Apresentação a cores, devidamente encadernado ou argelado;
- j) Apresentação de descrição esclarecedora da situação atual do projeto;
- k) Apresentação de todos os descritores de modo claro e coerente, incorporando toda a informação identificada supra como ausente ou tratada de modo insuficiente;
- l) O RNT, enquanto documento de linguagem não técnica, não deveria conter "fichas de elemento/ocorrência patrimonial";
- m) Deveria conter uma descrição integrada dos elementos do ambiente significativamente afetados, da sua evolução previsível, na ausência do projeto, das principais ações causadoras dos impactos, dos principais impactos e das medidas previstas para prevenir, reduzir ou compensar os impactos negativos e potenciar os positivos, num capítulo identificado como "Identificação e avaliação dos principais impactos";
- n) Apresentação de capítulo "Medidas de minimização e de potencialização de impactos";



- o) Apresentação de capítulo de "Conclusões", que deve refletir o balanço de comparação de alternativas, quando existam, ou o balanço dos impactos significativos (positivos e negativos).

### Conclusão

Face ao exposto ao longo do presente parecer, que reflete os pareceres sectoriais emitidos pela Comissão de Avaliação no âmbito da apreciação da conformidade do Estudo de Impacte Ambiental, foi deliberado por unanimidade, em reunião da Comissão de Avaliação, que não estão reunidas as condições necessárias para dar seguimento ao presente procedimento de avaliação de impacte ambiental, pelo que se declara a desconformidade do Estudo de Impacte Ambiental.

De acordo com o estipulado no ponto 8 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, a Declaração de Desconformidade do EIA, determina o encerramento do processo de A/A.

Porto e CCDR-Norte, 29 de Agosto de 2012.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
RURALISMO E PESCA  
DIRECÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

*Carla*  
RUA RAFAEL O. ESTERHUA, 221 - 4150-304 PORTO - WWW.CCDR-N.PT  
TEL.: 228 906 900 - FAX: 228 881 880 - E-MAIL: GPRAC@CCDR-N.PT



## ANEXO VIII



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE**

Processo n.º: 289/2008  
Emitida em: 28/03/2008

**AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA  
SUBTERRÂNEA N.º 386/2008**

Emitida nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio

**I – IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR**

IRMÃOS MOTADA SILVA, LDA, identificação fiscal n.º 503714810, com /sede em VILAR DE FERREIROS, código postal 4880-301 MONDIM DE BASTO

**II – LOCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO**

Local MONTE SR.ª DA GRAÇA Freguesia ATEI Concelho MONDIM DE BASTO  
Carta militar n.º 87 (1:25 000) Coordenadas Hayford-Gauss militares (metros) M = 217175 P = 495175

**III – CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO**

**1- Tipo**

☐ superficial: ☐ jangada ☐ torre ☐ drenos em curso de água ☐ outro (especificar)  
☒ subterrânea: ☒ furo vertical ☐ furo horizontal ☐ poço ☐ mina ☐ outro (especificar)

Captação: ☒ principal ☐ reforço ☐ reserva ☐ substituição da captação

**2- Uso**

☒ particular ☐ colectivo

**3- Finalidade**

☐ consumo humano ☐ rega ☒ actividade industrial ☐ actividade de recreio ou de lazer  
☐ outro (especificar)

**4- Características**

Captação superficial

Cota(s) ou profundidade(s) das tomadas de água (m)

Captação subterrânea

Método de perfuração: ☒ rotopercussão ☐ percussão ☐ rotary com circulação inversa  
☐ rotary com circulação directa ☐ outro (especificar)

Perfuração: profundidade (m) 100 diâmetro (mm) 180 comprimento (m)

Profundidade máxima do sistema de extracção (m) 100 Cimentação anular até à profundidade de (m) 100

Revestimento: tipo PVC diâmetro da coluna (mm) 160

**5- Equipamento de extracção instalado**

Tipo ELECTRICO Potência instalada (cv) 1,5

**6- Regime de exploração**

Caudal máximo instantâneo (l/s) 0,10 Volume médio anual (m³) 14

Mês de maior consumo AGOSTO Volume máximo mensal para o mês de maior consumo (m³) 14

N.º horas/dia em extracção 8 N.º dias/mês em extracção 22 N.º meses/ano 11

44

## ANEXO IX



**Like Garden, Unip. Lda**

## Orçamento

CLIENTE : Irmaos Mota da Silva					
Plantações pedreira					
ORÇAMENTO N.º: P 1229/2014					
ART.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS	
				Unitário euros	Total euros
	Pinheiros com 15 a 20 cm	un	1	0,65	0,65
	Carvalhos com 40 a 60 cm	un	1	1,11	1,11
	Tutor pinho tratado 1 metro	un	1	2,20	2,20
	Saco estrume	un	1	5,50	5,50
				<b>Total</b>	
I V A Não incluído					
NOTA: Pode retirar ou colocar item.					
Telemovel - 936428124					
APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO:					

## HORTO *Ramos*

**José Fernandes Pereira Ramos**

Devesa - Santa Senhorinha - 4860-025 Cabeceiras de Basto

Telef. 253 664 519 - Telem. 964 428 282 - 968 131 659

ascamento

cliente: irmãos Mota e Silva  
plantação pedreira

1x pinheiro 15020 cm	= 0,65
1x carvalho 40x60 cm	= 1,11 €
1x tutor pinho tratado 1m	= 2,20 €
1x saco esturme	= 5,50 €
<b>Total</b>	<b>= 9,46 €</b>

IVA não incluído

**HORTO - RAMOS**  
JOSÉ FERNANDES PEREIRA RAMOS  
CONTRIBUENTE N.º 180 923 473  
PAULO ALVITE  
4860-025 - CABECEIRAS DE BASTO  
Telef. (91) 964 428 282 - 968 131 659



1/1

## Irmãos Mota da Silva

Orçamento

27-11-2014

ART.	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇOS UNITARIOS	TOTAL
	Fornecimento de Pinus Pinaster com altura 10/20cm	un	381,00	0,30 €	114,30 €
	Fornecimento de Quercus robur (carvalho alvarinho) com altura 20/30cm	un	99,00	0,60 €	59,40 €
	<b>TOTAL S/IVA</b>				<b>173,70 €</b>

### Nota :

Preço de fornecimento das plantas nas n/instalações, sujeito a encomenda prévia, ao valor apresentado acresce o iva á taxa legal em vigor

## ANEXO X

### Inventário da fauna de vertebrados terrestres

**Tabela n.º 1:** Anfíbios referenciados para a área de estudo

FAMÍLIA		Convenção	Estatuto em Portugal	
ESPÉCIE	NOME VULGAR	de	Estatuto de	Abundância
		Berna	Conservação	
SALAMANDRIDAE				
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-comum (*)	III	LC	Comum
BUFONIDAE				
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum (*)	III	LC	Comum

(\*) Espécie de ocorrência confirmada

**Tabela n.º 2:** Répteis referenciados para a área de estudo

FAMÍLIA		Convenção	Estatuto em Portugal	
ESPÉCIE	NOME VULGAR	de	Estatuto de	Abundância
		Berna	Conservação	
LACERTIDAE				
<i>Psammotromus algirus</i>	Lagartixa-do-mato (*)	III	LC	Muito comum
<i>Lacerta lepida</i>	Sardão	III	LC	Comum no Noreste
<i>Podarcis bocagei</i>	Lagartixa-dos-muros			
ANGUIDAE				
<i>Anguis fragilis</i>	Licranço	III	LC	Frequente
COLUBRIDAE				
<i>Coluber hippocrepis</i>	Cobra-de-ferradura	III	LC	Comum

(\*) Espécie de ocorrência confirmada



**Tabela n.º 3:** Avifauna referenciada para a área em estudo

FAMÍLIA		LEGISLAÇÃO					Estatuto
ESPÉCIE	NOME VULGAR	Conv. de Bona	Conv. de Berna	Directiva das Aves	Fenol.	Abund.	de Conservação
COLUMBIDAE							
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rôla-turca (*)		III		R	R	LC
CUCULLIDAE							
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco-canoro	II	II	I	MN	R	LC
STRIGIDAE							
<i>Strix aluco</i>	Coruja-do-mato (*)		II		R	ESC	LC
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego		II		R	ESC	LC
PICIDAE							
<i>Picus viridis</i>	Pica-pau-verde (*)		II		R	C	LC
<i>Dendrocopus major</i>	Pica-pau-malhado-grande (*)		II		R	C	LC
APODIDAE							
<i>Apus apus</i>	Andorinhão-preto (*)		III		MN	C	LC
<i>Hirundo rupestris</i>	Andorinha-das-rochas (*)		II		R?	C	LC
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés (*)		II		MN	C	LC
<i>Delichon urbica</i>	Andorinha-dos-beirais (*)		II		MN	C	LC
MOTACILLIDAE							
<i>Anthus trivialis</i>	Petinha-das-árvores		II		MP	C	LC
<i>Anthus pratensis</i>	Petinha-dos-prados		II		I	C	LC
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-branca (*)		II		I	C	LC
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinzenta		II		R	C	LC
TROGLODYTIDAE							
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça (*)		II		R	C	LC
SILVIDAE							
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-barrete-preto (*)	II	II		R	C	LC
<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra-de-cabeça-preta (*)	II	II		R	C	LC
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa-comum	II	II		I	C	LC
<i>Phylloscopus trochilus</i>	Felosa-musical	II	II		MP	C	LC

**Tabela n.º 3:** Avifauna referenciada para a área em estudo

FAMÍLIA		LEGISLAÇÃO					Estatuto
ESPÉCIE	NOME VULGAR	Conv.	Conv.	Directiva	Fenol.	Abund.	de
		de Bona	de Berna	das Aves			Conservação
TURDIDAE							
<i>Phoenicurus ochrurus</i>	Rabirruivo-preto (*)	II	II		R	ESC	LC
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo (*)	II	II		R	C	LC
<i>Turdus merula</i>	Melro-preto (*)	II	III		R	C	LC
<i>Turdus iliacus</i>	Tordo-ruivo	II	III		I	C	LC
<i>Turdus philomelus</i>	Tordo-músico	II	III		I	C	LC
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordoveia	II	III	II/2	R	C	LC
MUSCICAPIDAE							
<i>Muscicapa striata</i>	Papa-moscas-cinzento	II	III		MP	C	LC
<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa-moscas-preto	II	III		MP	C	LC
CORVIDAE							
<i>Corvus corone</i>	Gralha-preta (*)		III		R	X	LC
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio (*)				R	ESC	LC
STURNIDAE							
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto (*)		II		R	X	LC
<i>Sturnus vulgaris</i>	Estorninho-malhado				I	X	LC
PARIDAE							
<i>Parus major</i>	Chapim-real (*)		II		R	C	LC
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul (*)		II		R	C	LC
<i>Parus ater</i>	Chapim-preto (*)		II		R	C	LC
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa (*)		II		R	C	LC
PLOCIDAE							
<i>Passer domesticus</i>	Pardal-de-telhado (*)				R	MC	LC
FRINGILLIDAE							
<i>Serinus serinus</i>	Chamariz (*)		II		R	MC	LC
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo (*)		II		R	MC	LC
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão (*)		II		R	MC	LC
<i>Carduelis spinus</i>	Lugre		II		R	MC	LC
<i>Acanthis cannabina</i>	Pintarroxo (*)		II		R	ESC	LC
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão (*)		II		R	MC	LC

(\*) Espécie de ocorrência confirmada

Tabela n.º 4: Mamíferos referenciados para a área em estudo

FAMÍLIA		Legislação		Estatuto em Portugal		Abundância
ESPÉCIE	NOME VULGAR	Berna	Bona	Estatuto de Conservação	Abundância	na área de estudo
ERINACEIDAE						
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro (*)	III		LC	Frequente	CM
SORICIDAE						
<i>Crossidura russula</i>	Mussaranho-comum	III		LC	Comum	C
TALPIDAE						
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira-comum	II		LC	Frequente	ESC
LEPORIDAE						
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho (*)			LC	Comum	CM
MURIDAE						
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato-do-campo			LC	Comum	MC
<i>Mus spretus</i>	Rato-do-campo			LC	Comum	CM?
<i>Rattus rattus</i>	Ratazana-preta			LC	Frequente	X
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana-cinzenta (*)			LC	Frequente	X
CANIDAE						
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa (*)			LC	Comum	CM
MUSTELIDAE						
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	III		LC	Frequente	X
VIVERRIDAE						
<i>Genetta genetta</i>	Geneta (*)	III		LC	Frequente	ESC

(\*) Espécie de ocorrência confirmada.

## ANEXO XI

### CARACTERÍSTICA DA ROCHA NATURAL

#### Descrição petrográfica:

Tipo de rocha: Granito (EN 12670:2001)

#### Descrição macroscópica:

Granito de granulado médio, duas micas, de cor amarelada e aspecto compacto.

Rocha pouco alterada, de grão fino a médio, com fenoeristais.

Textura granular, homogênea e compacta, não se observando porosidade vacuolar, venados, fissuras ou lineações. Anisotropia não relevante.

Amostra holocristalina, fanerítica, leucocrítica, com tons amarelados.

É uma rocha formada essencialmente por quartzo, feldspato, biotite e moscovite. Os minerais constituintes apresentam geralmente grão anédrico.

#### Descrição microscópica:

Rocha com textura hipidiomórfica granular, holocristalina, de granulado médio, evidenciando alguma deformação cataclástica traduzida pela extinção ondulante, microfissuração e granulação do quartzo, microfissuração dos feldspatos e planos de macla terminados em bisel nas plagioclases. Apresenta um grau de alteração moderado. O quartzo apresenta forma anédrica, assim como o feldspato potássico, apresentando-se este último caulinizado. Observa-se a presença de plagioclase, por vezes, sericitizada e caulinizada.

A moscovite e a biotite, apresentam forma sub-édrica e hábito lamelar (mucáceo), ocorrendo, frequentemente, bastante alteradas, com cloritização da biotite.

Pontualmente, observa-se intercrescimento simplectítico entre biotite e moscovite.

#### Minerais essenciais:

Quartzo -25,0%

Plagioclase (oligoclase e albite) -31,0%

Feldspato potássico (microclina) -27,6%

Biotite -2,8%

Moscovite -11,0%

#### Minerais acessórios:

Clorite -1,9%

Opacos -0,1%

Apatite, zircão, monazite, rutilo, ilmenite, sericite, caulinite, silimanite, etc., -0,6%

#### Análise química (INETI 2005):

SiO<sub>2</sub> -72,0 %

Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub> -15,0 %

Fe<sub>2</sub>O<sub>3</sub> -1,5 %

MnO -0,02 %

CaO -0,4 %

MgO -0,3 %

Na<sub>2</sub>O -3,2 %

K<sub>2</sub>O -5,1 %

TiO<sub>2</sub> -0,2 %

P<sub>2</sub>O<sub>5</sub> -0,3 %

P.R. -1,7 %

### Determinação da Absorção de Água à Pressão Atmosférica (segundo EN 13755:2008)

Provete	Absorção de água (%)	
	Valor individual	Média
1	0,9	1,0
2	1,0	
3	1,2	
4	0,9	
5	1,0	
6	1,0	

### Determinação da Resistência à Abrasão (segundo EN 14157:2004 - Método A)

Provete	Corda da calote (mm)	
	Valor individual	Média
1	19,0	19,0
2	19,5	
3	18,0	
4	18,0	
5	18,5	
6	19,5	

### Determinação da Resistência ao Escorregamento (USRV) (segundo EN 14231:2003)





## Seco

Provete	Média leituras	Média USRV
1	63	63
2	65	
3	61	
4	63	
5	64	
6	63	

## Húmido

Provete	Média leituras	Média USRV
1	65	63
2	63	
3	63	
4	62	
5	62	
6	63	

## Características Físico-Mecânicas (INETI 2005)

- Resistência mecânica à compressão (NP EN 1926) ---106 MPa (1085 kg/cm<sup>2</sup>)  
Valor mínimo esperado ---95 MPa (970 kg/cm<sup>2</sup>)
- Resistência mecânica à flexão (EN 12372) ---3,1 MPa (32 kg/cm<sup>2</sup>)  
Valor mínimo esperado ---2,6 MPa (27 kg/cm<sup>2</sup>)
- Módulo de elasticidade dinâmico, calculado a partir da frequência de ressonância longitudinal (prEN 14146) ---8317 MPa
- Módulo de elasticidade dinâmico após teste de gelividade, calculado a partir da frequência de ressonância longitudinal (prEN 14146 e prEN 12371)---8284 MPa
- Massa volumétrica aparente (EN 1926) ---2550 kg/m<sup>3</sup>
- Porosidade aberta (EN 1936) ---3,5 %
- Resistência ao desgaste Capon (prEN 14157) ---18,5 mm
- Resistência ao choque (prEN 14158) ---10 Joules (1,00 m)

Observações: No final dos 48 ciclos de gelo-degelo os provetes não revelaram alterações sensíveis na cor nem na estrutura. O decréscimo quer no volume aparente quer no módulo de elasticidade dinâmico não foram significativos. Face aos resultados obtidos conclui-se que o granito em apreço é resistente a 48 ciclos de gelo-degelo.



## ANEXO XII

## ANEXO XIII



município de Mondim de Basto  
câmara municipal  
Divisão de Planeamento e Gestão Urbana

### INFORMAÇÃO

Exmo Sr. Presidente

**Assunto:** Informação sobre proposta de revisão do PDM  
Req. Irmãos Mota da Silva L.da

#### 1. Objecto do pedido

A requerimento subscrito pela firma Irmãos Mota da Silva L.da, com registo de Entrada Externa n.º 4451/2011, de 25-11-2011, é-nos solicitado que se informe "sobre o uso previsto" no projecto de revisão do Plano Director Municipal (PDM), relativamente às cartas de Ordenamento e de Condicionantes, para uma área cujo perímetro é representado em cartograma anexo àquele requerimento.

#### 2. Informação face aos estudos nesta data

Estamos em condições de informar que, para o perímetro da referida parcela, e conforme cartografia que se anexa, estão, nesta data de 6 de Dezembro de 2011, propostas as seguintes classificações e/ou qualificações:

- **Na Planta de Ordenamento:** o perímetro desta parcela está incluído na categoria de "produção florestal".
- **Na Planta de Condicionantes:** não existe proposta de carta de condicionantes uma vez que esta decorre da aprovação das cartas sectoriais de que é uma síntese; descreve-se de seguida a situação relativa de cada um dos projectos de revisão dessas cartas:
  - **Reserva Agrícola Nacional (RAN):** o perímetro desta parcela não integra RAN;
  - **Reserva Ecológica Nacional (REN):** o perímetro desta parcela não integra REN;
  - **Regime Florestal:** o perímetro da parcela está incluído no perímetro florestal de Mondim de Basto, como tal sujeito ao seu regime legal específico.

#### 3. Proposta de decisão

Proponho que seja disponibilizada uma cópia do presente documento acompanhado de cópias, por mim numeradas e rubricadas, das cartas anexas. Esta informação refere-se ao estado dos trabalhos de revisão do PDM nesta data e é prestada nos termos do n.º 1 do Artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, lei de "bases da política de ordenamento do território e urbanismo", com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

À consideração superior,  
Mondim de Basto, 6 de Dezembro de 2011.

(José António Nobre, Arq.)

Largo Conde de Vila Real  
4880-236 Mondim de Basto

tel 255 389 300  
fax 255 389 308/9

site: www.cm-mondimdebasto.pt  
e-mail: geral@cm-mondimdebasto.pt

DPMJ\_H\_111202\_Q&E\_4451\_irmãos\_mota\_da\_silva.doc

h

15



município de Mondim de Basto  
câmara municipal

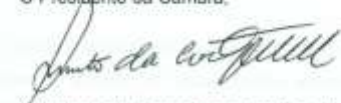
Divisão de Planeamento e Gestão Urbana

**Despacho**

Concordo. Forneçam-se cópias desta informação e cartas anexas.

Mondim de Basto, 6 de Dezembro, de 2011.

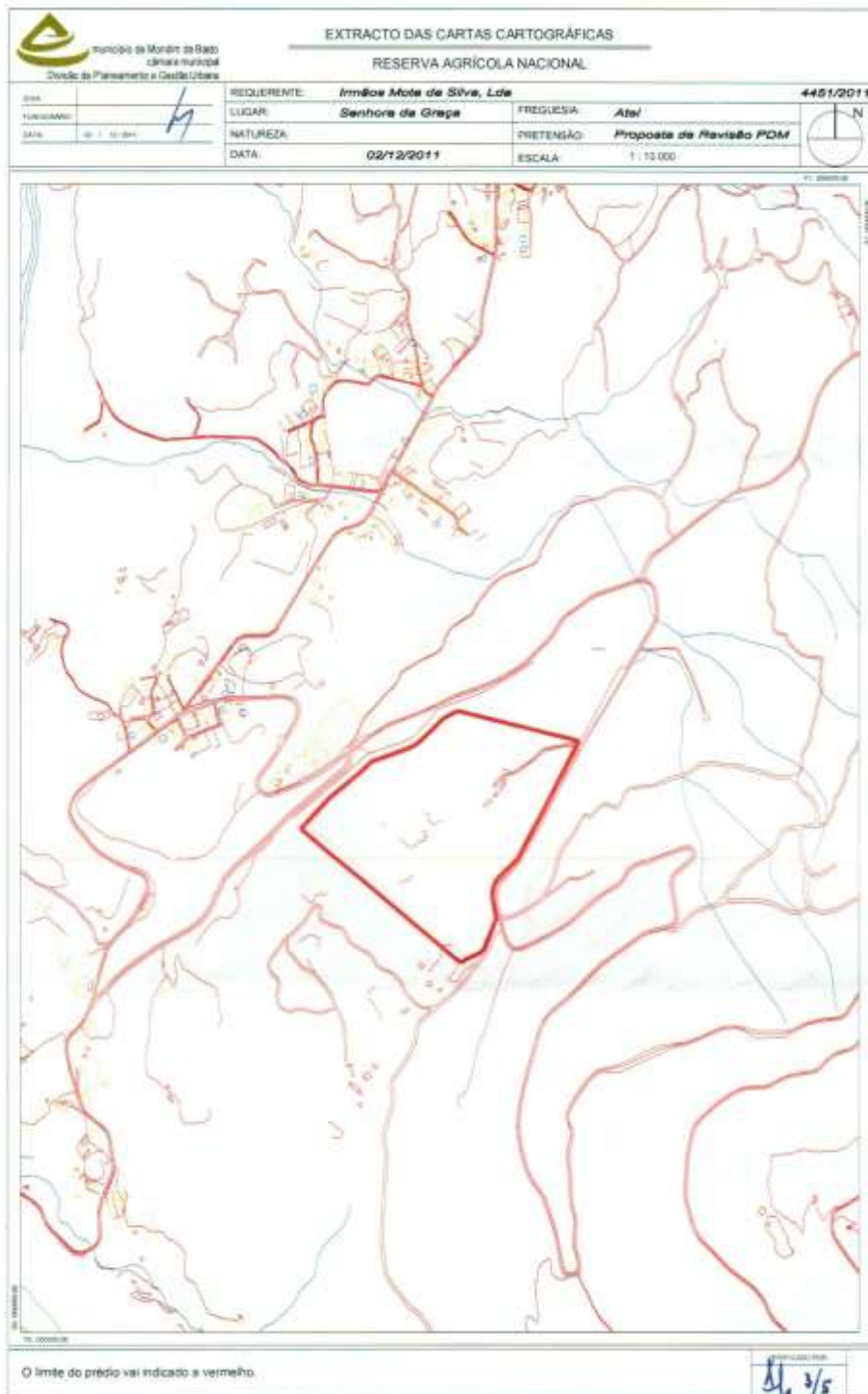
O Presidente da Câmara,

  
(Humberto da Costa Cerqueira, Eng.º)

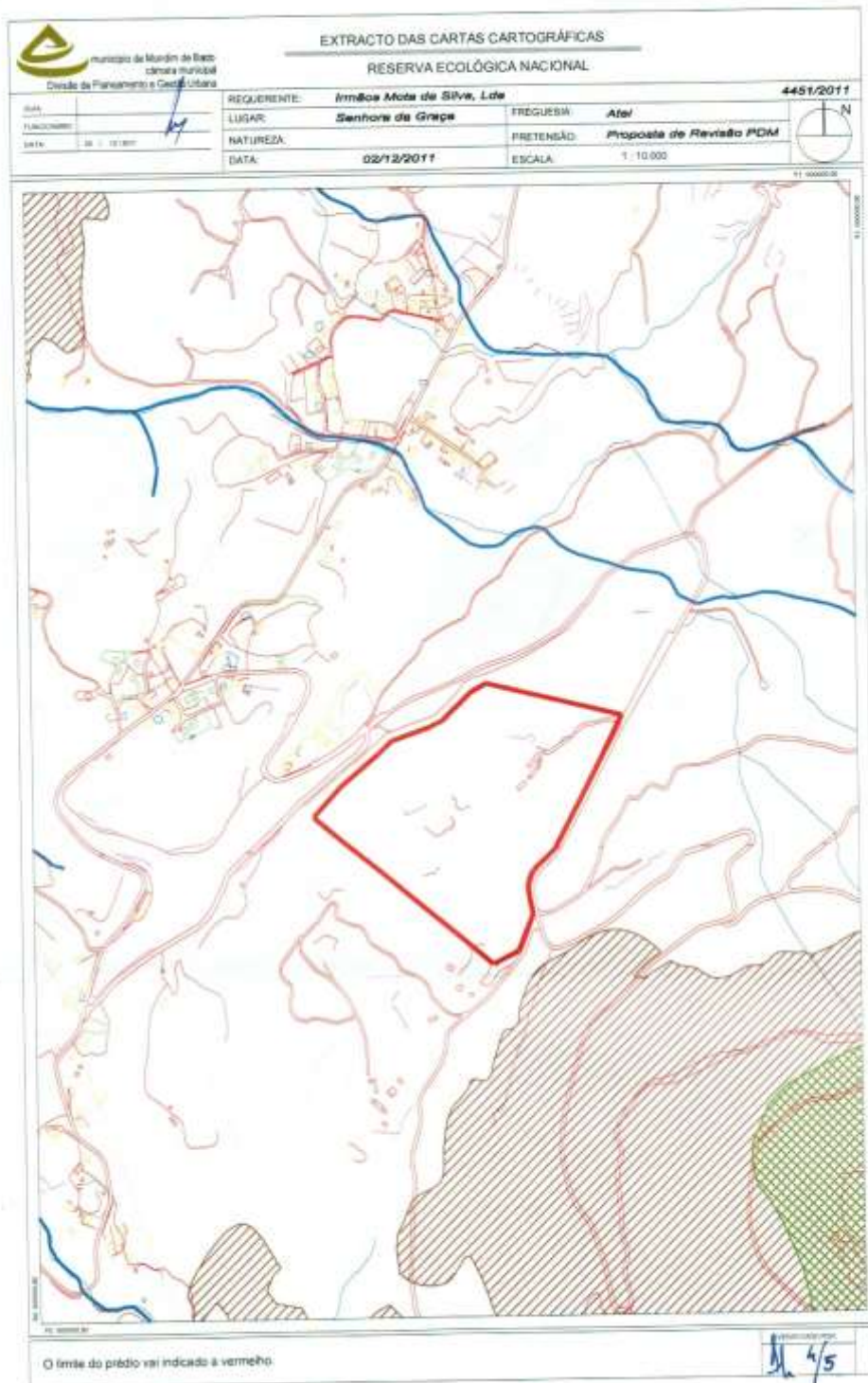
Largo Conde de Vila Real  
4880-235 Mondim de Basto

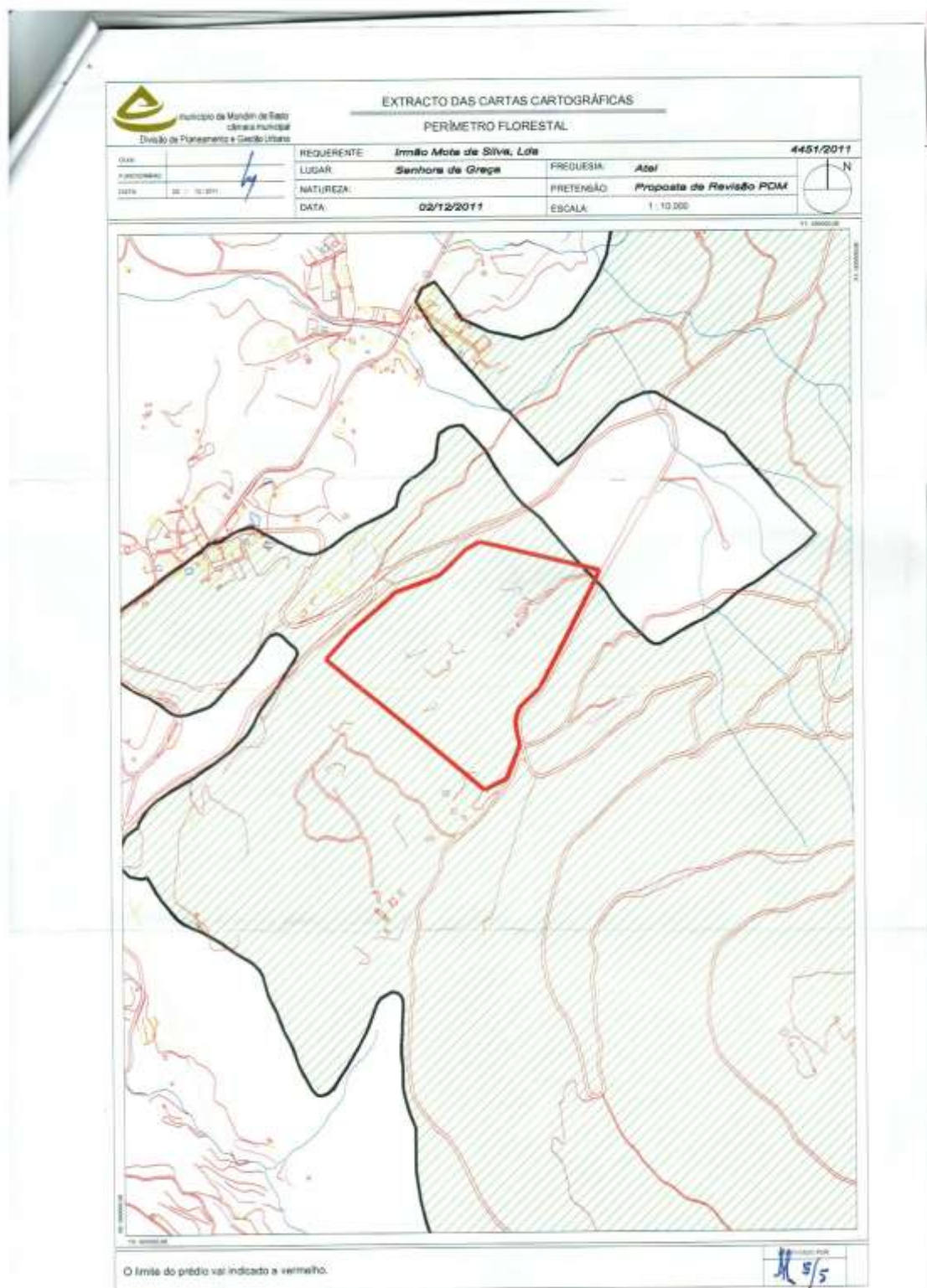
tel 255 389 300  
fax 255 389 306/9

site [www.cm-mondimdebasto.pt](http://www.cm-mondimdebasto.pt)  
e-mail [geral@cm-mondimdebasto.pt](mailto:geral@cm-mondimdebasto.pt)









## ANEXO XIV



### Câmara Municipal de Mondim de Basto

#### Certidão

José António Rodrigues Gonçalves, Chefe do Gabinete Jurídico e Contencioso, servindo de secretário das reuniões da Câmara Municipal, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do artº 92º nº 2 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, certifica para os devidos efeitos que da ata da reunião da Câmara Municipal realizada a 20 de dezembro de 2012, já aprovada, entre outros assuntos consta:

“(…)”

#### • Proposta extraordinária – Renovação da declaração de interesse concelhio. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente, para admissão e discussão, a seguinte proposta extraordinária:

“Em 27 de fevereiro de 2008 a Câmara Municipal reconheceu como de interesse para o concelho a instalação de uma exploração de massas minerais que Empresa Irmãos Mota da Silva Lda pretendia instalar em Sobreira, Atei, Mondim de Basto.

Ora sucede que desde então e até à presente data aquela declaração caducou, pelo que veio agora a requerente solicitar a renovação daquela declaração para instruir o processo de licenciamento.

Assim, não se vislumbrando quaisquer alterações às circunstâncias que justificaram o reconhecimento de interesse proferido em 2008, proponho que a Câmara Municipal delibere renovar a deliberação proferida e reconheça como de interesse para o concelho a instalação de uma exploração de massas minerais que Empresa Irmãos Mota da Silva Lda pretende instalar em Sobreira, Atei, Mondim de Basto, cujo requerimento inicial foi registado sob o nº 680/2008 de 07.02.2008.”

Apreciada admissão da proposta, foi deliberado por unanimidade, admiti-la para discussão e votação.

Apreciada a proposta, foi deliberado por unanimidade renovar a deliberação proferida em 27 de fevereiro de 2008 e reconhecer como de interesse para o concelho a instalação de uma exploração de massas minerais que Irmãos Mota da Silva Lda pretende instalar em Sobreira, Atei, Mondim de Basto.”

Por verdade, passo a presente, por mim assinada sob o selo branco em uso nesta Câmara Municipal, que vai acompanhada da ata da sessão de hasta pública para venda de edifícios escolares, realizada no dia 16 de agosto de 2012.

Paços do Município de Mondim de Basto, 21 de janeiro de 2013.

O Secretário das Reuniões de Câmara

(José António Rodrigues Gonçalves)





CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

**Certidão**

Maria José Marquês Minhoto Borges da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Câmara Municipal de Mondim de Basto, certifica para os efeitos tidos por convenientes que da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mondim de Basto, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2008, entre outros assuntos, consta o seguinte: -----

" (...) -----

7ª - Declaração de Industria com Interesse para o Concelho. -----

Pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara, foi presente uma proposta escrita, com o seguinte teor: -----

"Encontra-se na minha posse uma informação do Departamento de Urbanismo a dar conta da necessidade de reconhecimento de interesse concelhio de forma a viabilizar a instalação de uma exploração de massas minerais que a Irmãos Mota da Silva L.da pretende efectuar no lugar de Sobreira, Atei, Mondim de Basto. -----

Assim, deixo à consideração de Vossas Excelências." -----

Apreciado o assunto, e tendo por base informação técnica apresentada, foi deliberado por unanimidade declarar o interesse concelhio à instalação da exploração de massas minerais que a Irmãos Mota da Silva L.da pretende efectuar no lugar de Sobreira Atei, Mondim de Basto. -----

(...)" -----

Por verdade, passo a presente, que vai numa lauda, por mim assinada, sob o selo branco em uso nesta Câmara Municipal. -----

Divisão Administrativa e Financeira, 29 de Fevereiro de 2008. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

□ □ N T A

Emolumento da Câmara:

taxa de certidão 2,00€

Registado sob o n.º 6104/08 de 29 de Fevereiro de 2008

*[Handwritten signature]*

Gratidão - Aguarda

A Chefe de Divisão

*[Handwritten signature]*

(Maria José Marquês Minhoto Borges da Silva)

Fórmula A4



CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

PROPOSTA À CÂMARA MUNICIPAL

Data: 21 de Fevereiro de 2008.

Assunto: Declaração de Indústria com Interesse para o Concelho.

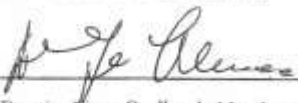
Excelentíssimo Senhor Presidente.

Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Encontra-se na minha posse uma informação do Departamento de Urbanismo a dar conta da necessidade de reconhecimento de interesse concelhio de forma a viabilizar a instalação de uma exploração de massas minerais que a Irmãos Mota da Silva L.da pretende efectuar no lugar de Sobreira Ateij, Mondim de Basto.

Assim, deixo à consideração de Vossas Excelências.

O Vice - Presidente da Câmara,



(Alfredo Augusto Ferreira Pinto Coelho de Mendonça, Eng.º)



27/2/2008



CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO  
DEPARTAMENTO DE URBANISMO

### INFORMAÇÃO

Ex.mo Sr. Vereador,

**ASSUNTO:** Exploração de Massas Minerais – Certidão de “Indústria de Interesse Concelhio”.

*Req. Irmãos Mota da Silva, Lda.*

#### **1. OBJECTO DO PEDIDO**

Através do documento com registo de entrada n.º 680/2008 de 07.02.2008, requereu o Sr. Manuel Joaquim Mota da Silva, na qualidade de sócio-gerente da firma *Irmãos Mota da Silva, Lda.*, a emissão de certidão de “Indústria de Interesse Concelhio” para uma pedreira de granito ornamental localizada no lugar de Sobreira de Atei, Atei.

#### **2. INFORMAÇÃO**

2.1. A pedreira em questão possui uma área de 183.817,00 m² e encontra-se classificada, nas plantas de Condicionantes do Plano Director Municipal (PDM) como *Área Florestal Submetida a Regime Legal Específico e Reserva Ecológica Nacional* e nas de Ordenamento como *Área Florestal Submetida a Regime Legal Específico e Zona Florestal do Tipo I*.

2.2. A 18.11.2005 foi já emitida uma certidão do mesmo teor para esta pedreira, no entanto, aquando do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), emitiu, em 12.01.2007, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente uma ***Dedaração de Impacte Ambiental Desfavorável***; essa decisão foi fundamentada no teor do parecer final da Comissão de Avaliação, tendo por base o facto de existir *discrepância entre o projecto apresentado para sujeição a AIA e o projecto que está a ser efectiva e indevidamente implantando, identificada aquando da visita da Comissão de Avaliação ao local, sendo que se verificou a ocorrência de exploração fora da área do projecto sujeito a AIA e parcialmente em áreas de Reserva Ecológica Nacional e o pedido de licenciamento em análise teria necessariamente que compreender toda a área efectivamente explorada devendo o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) respectivo incidir sobre a mesma (...)*.

2.3. Apesar do exposto no ponto anterior, a empresa manifestou a sua intenção de regularizar a situação, apresentando um EIA para a toda a área que se encontra efectivamente explorada.

2.4. Sem prejuízo do cumprimento da demais legislação vigente, a viabilidade do licenciamento desta pedreira depende, muito particularmente da interpretação que a Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental vier a fazer do recente Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 de Setembro – Regime da REN – que considera, no seu Anexo IV, a *Exploração de Recursos Geológicos* como uma *acção insusceptível de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN*, desde que sejam cumpridos os requisitos fixados no Anexo V do mesmo diploma legal.

2.5. Assim, e por forma a dar cumprimento ao estipulado no n.º 5 do artigo 45º do Regulamento do PDM, julgo ser de declarar o interesse concelhio da exploração em causa, uma vez se a mesma é relevante para o desenvolvimento socio-económico do concelho.

#### **3. PROPOSTA DE DECISÃO:**

Com base na exposição feita anteriormente, e no âmbito das minhas competências, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de declarar o interesse concelhio da pedreira explorada pela firma *Irmãos Mota da Silva, Lda.*

À Consideração Superior:

Mondim de Basto, 21 de Fevereiro de 2008.

A Técnica Superior de 1.ª Classe (Bio/Geóloga),

(Mariana Martins R. P. Faria, Dr.ª)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO  
DEPARTAMENTO DE URBANISMO

Ex.mo Sr. Vereador, subscrevo a presente informação, que merece a minha concordância.

À Consideração Superior.

Mondim de Basto, 12 de Fevereiro de 2008.

O Director de Departamento,



(José António Nobre, Arq.)

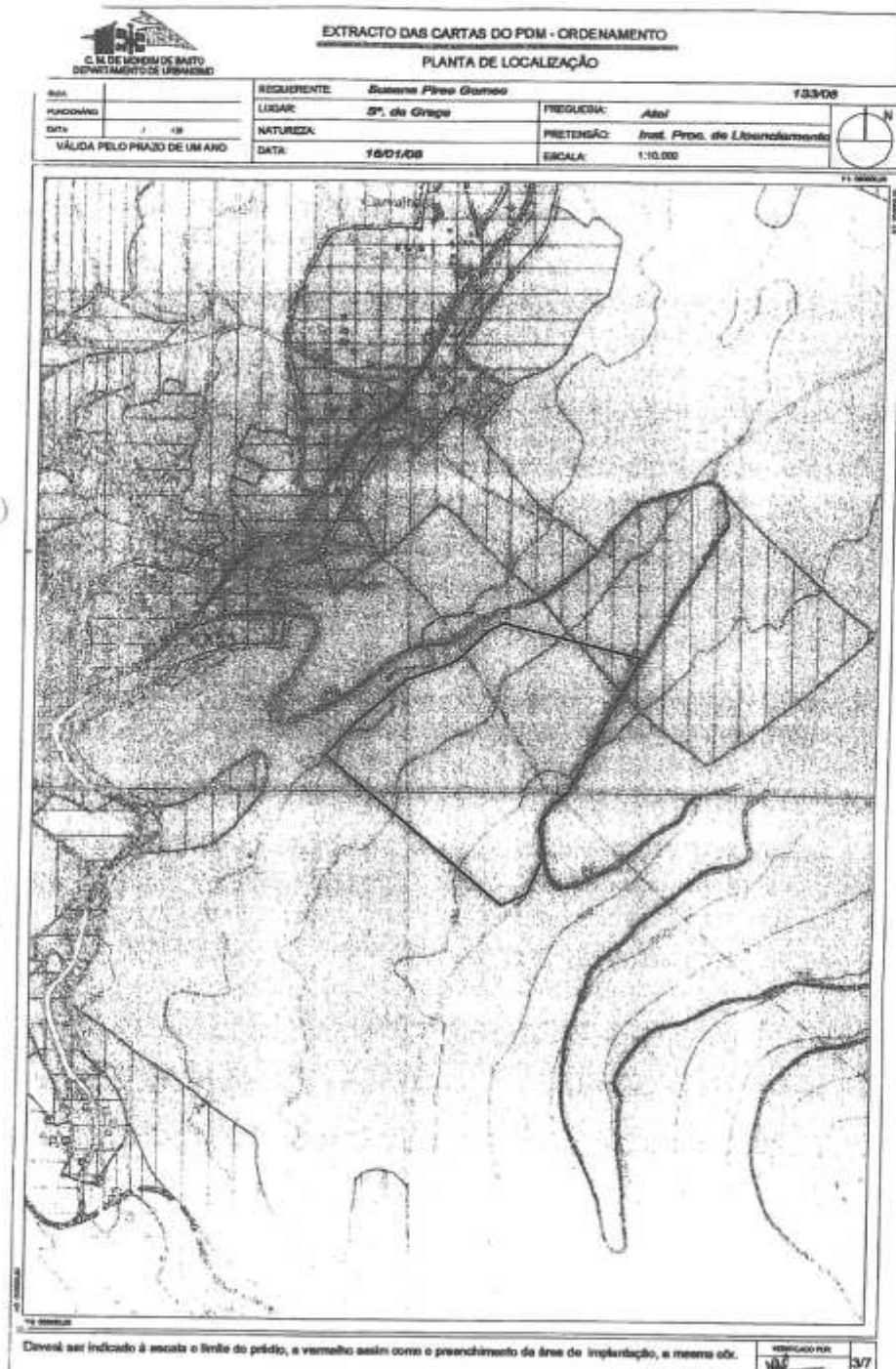
**DISPACHO:** *Concordo com o teor da presente informação. À Reunião de Câmara.*

Mondim de Basto, 12 de Fevereiro de 2008.


O Vereador do Ordenamento do Território e Urbanismo,



(Alfredo Mendonça, Eng.º)







**C. M. de MONDIM DE BASTO**  
DEPARTAMENTO DE URBANISMO


**EXTRACTO DAS CARTAS DO PDM - CONDICIONANTES**

**PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**

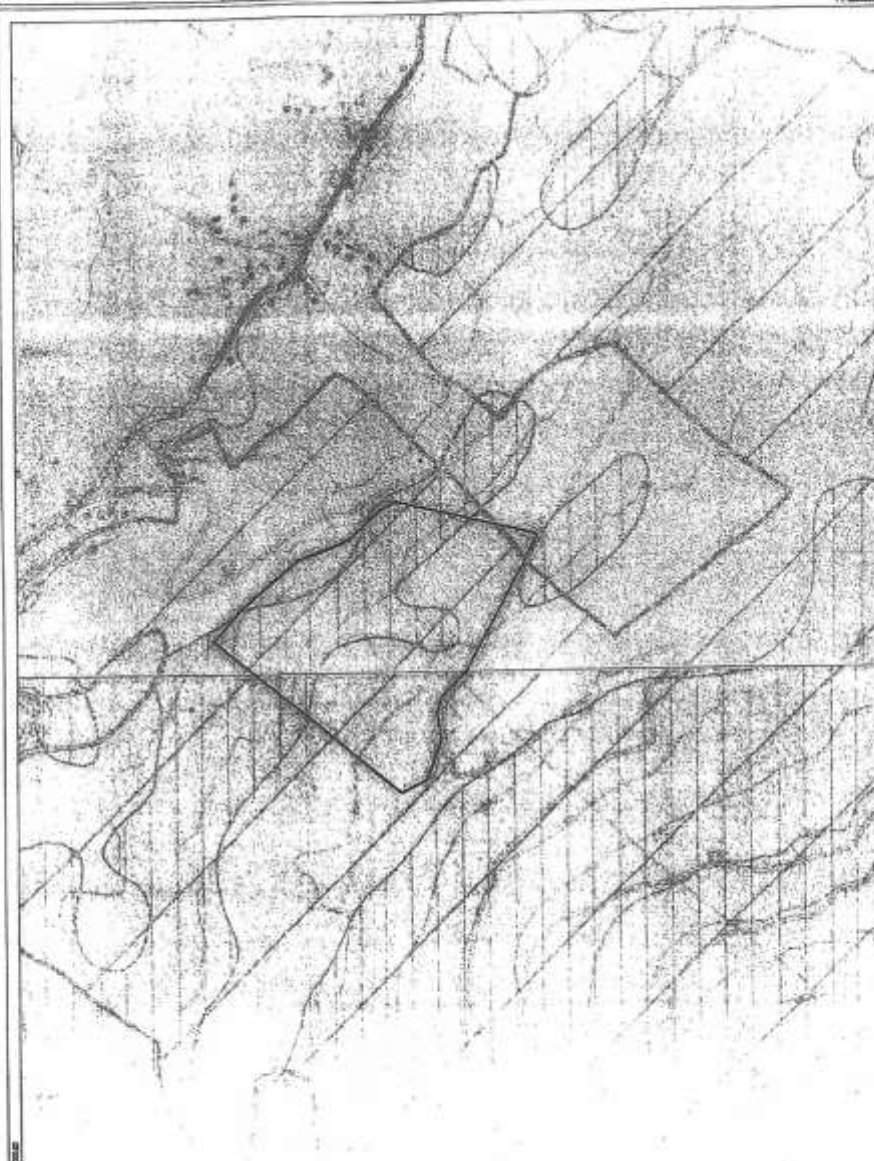
**7/33/08**

FOLHA: ALICENCIADO: DATA: 1 / 12	REQUERENTE: <b>Suzana Figueira Gomes</b> LUGAR: <b>S.º de Graça</b> NATUREZA: DATA: <b>16/01/08</b>	FREQUENCIA: <b>Ano</b> PRETENSÃO: <b>Inst. Phys. de Licenciamento</b> ESCALA: <b>1:10.000</b>
--	--	---

VÁLIDA PELO PRAZO DE UM ANO



VI 000000



VI 000000

VERBACAL POR

Deverá ser indicado à escala e limite do prédio, a vermelho assim como o preenchimento da área de Implantação, a mesma cor.



Câmara Municipal de Mondim de Basto

*[Handwritten signature]*

**ACTA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA  
27 DE FEVEREIRO DE 2008.**

Aos Vinte e Sete dias do mês de Fevereiro do ano de Dois Mil e Oito, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Câmara, o Executivo Camarário. -----

**PRESENÇAS:** -----

Encontravam-se presentes nesta reunião o Chefe do GAP, Director de Departamento de Urbanismo e a Chefe da DAF que secretariou. -----

Pelas Dez horas o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

**Justificação da falta do Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro.**

Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi dado conhecimento que o Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro se encontrava em representação do Município e assim impossibilitado de comparecer à presente reunião. -----

Tendo por base a informação que lhe foi prestada, o Senhor Presidente da Câmara e no uso da delegação de competências da Câmara Municipal de 8 de Novembro de 2005 considerou justificada a falta do Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro. -----

**1º - Resumo diário da tesouraria do dia 12 de Fevereiro de 2008.** -----

Foi presente o resumo diário da tesouraria do dia 12 de Fevereiro de 2008, que apresenta um saldo orçamental no valor de € 90 020.60 e em operações de tesouraria o valor de € 52 131.86. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----

**2º - Resumo diário da tesouraria do dia 26 de Fevereiro de 2008.** -----

Foi presente o resumo diário da tesouraria do dia 26 de Fevereiro de 2008, que apresenta um saldo orçamental no valor de € 68 888.02 e em operações de tesouraria o valor de € 48 142.93. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----





Câmara Municipal de Mondim de Basto

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade conceder a isenção peticionada. -----

**7º - Declaração de Indústria com Interesse para o Concelho. -----**

Pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara, foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

"Encontra-se na minha posse uma informação do Departamento de Urbanismo a dar conta da necessidade de reconhecimento de interesse concelhio forma a viabilizar a instalação de uma exploração de massas minerais que a Irmão Mota da Silva L.da pretende efectuar no lugar de Sobreira, Atei, Mondim de Basto. ---

Assim, deixo à consideração de Vossas Excelências." -----

Apreciado o assunto, e tendo por base informação técnica apresentada, foi deliberado por unanimidade declarar o interesse concelhio à instalação da exploração de massas minerais que a Irmãos Mota da Silva L.da pretende efectuar no lugar de Sobreira Atei, Mondim de Basto. -----

**8º - Pedido de autorização para destruição/alteração da composição do coberto vegetal. -----**

Pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara, foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

"Encontra-se na minha posse uma informação do Departamento de Urbanismo a dar conta de necessidade de emissão de um parecer favorável destruição/alteração da composição do coberto vegetal da área abrangida pela exploração de massas minerais que a Granitos M&M - Extracção e Comercialização de Granitos, L.da pretende instalar em Parada, Atei, Mondim de Basto. -----

Assim, deixo à consideração de Vossas Excelências o deferimento da pretensão dos requerentes." -----

Apreciado o assunto, e tendo por base informação técnica apresentada, foi deliberado por unanimidade autorizar a destruição/alteração da composição do coberto vegetal da área abrangida pela exploração de massas minerais que a Granito



CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Certidão

Maria José Marquês Minhoto Borges da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Câmara Municipal de Mondim de Basto, certifica para os efeitos tidos por convenientes que da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mondim de Basto, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2008, entre outros assuntos, consta o seguinte: -----

" (...) -----

7ª - Declaração de Industria com Interesse para o Concelho. -----

Pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara, foi presente uma proposta escrita, com o seguinte teor: -----

"Encontra-se na minha posse uma informação do Departamento de Urbanismo a dar conta da necessidade de reconhecimento de interesse concelhio de forma a viabilizar a instalação de uma exploração de massas minerais que a Irmãos Mota da Silva Lda pretende efectuar no lugar de Sobreira, Atei, Mondim de Basto. -----

Assim, deixo à consideração de Vossas Excelências." -----

Apreciado o assunto, e tendo por base informação técnica apresentada, foi deliberado por unanimidade declarar o interesse concelhio à instalação da exploração de massas minerais que a Irmãos Mota da Silva Lda pretende efectuar no lugar de Sobreira Atei, Mondim de Basto. -----

(...)" -----

Por verdade, passo a presente, que vai numa lauda, por mim assinada, sob o selo branco em uso nesta Câmara Municipal. -----

Divisão Administrativa e Financeira, 29 de Fevereiro de 2008. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

CONTA

Emolumento da Câmara:

taxa de certidão 2.00€

Registado sob o n.º 6170 de 10/08

*[Handwritten signature]*  
Chefe de Secção

Gratidão: Aguarda

A Chefe de Divisão

*[Handwritten signature]*  
(Maria José Marquês Minhoto Borges da Silva)

Fórmula: A 4

## ANEXO XV

Ex.mo Senhor  
Presidente da Comissão de Coordenação  
E Desenvolvimento Regional Norte  
Rua Rainha D. Estefânia, 251  
4150-304 PORTO

Sem referència  
 P<sup>o</sup>1491/06:461/AIA-07-06533

Nonan references  
DSDP/DVGF-2216

News date  
23.10.00

Assunto: \* Procedimento de AIA - Pedreira de Granito Alto I \*

Após análise do Resumo NBo Técnico do EIA relativo ao projecto da Pedreira de Granito Mota I, o qual nos foi enviado através do vosso office acima referido, informamos V.Exa. do seguinte:

1 - Está omissa que a instalação desta Pedreira será feita em terrenos baldios pertencentes ao Perímetro Florestal de Mandim de Basto, cuja delimitação, na área em estudo, consta da planta cartográfica que se anexa.

Este Perímetro Florestal está submetido a Regime Florestal Parcial, conforme Decreto de 4 de Dezembro de 1940, pelo que se constata que nos descritores onde são abordadas as servidões e restrições de utilidade pública nada é referido quanto à servidão florestal pública - regime florestal.

2 - O referido Perímetro Florestal está sob gestão da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, pelo que o planeamento e a execução das obras que nele se insiram, ou que com ele colidam, devem ter a nossa participação e acompanhamento através do serviço regional respectivo - Circunscrição Florestal do Norte (CFN). As áreas a ser ocupadas pela pedreira não perdem a sua natureza de baldios, submetidos a regime florestal parcial.

3- [REDACTED]

4 - [REDACTED]

eventuais interferências na capacidade de radiocomunicações da RNPV deverão ser colmatadas por parte dos promotores do projecto.

A RNPV está enquadrada no determinado no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho - medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios -, nomeadamente no seu artigo 32º.

Av. João Cradeiro, 28-29, 1069-040 LISBOA, Portugal  
 ☎ +351.21 312 4800 ✉ +351.21 312 4980  
 info@dgf.mn-agricultura.pt  
 www.dgf.mn-agricultura.pt

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL  
Divisão de Valorização e Gestão Florestal  
Avenida João Crisóstomo, 28, 1069-040 Lisboa  
☎ +351.213 124 949 ☎ +351. 213 12 4 989  
info@dsf.rrn-agricultura.pt



2012 2009 17-17 FOR VILAS DE FLORESTAS



5 - Caso exista a necessidade de proceder ao abate de arvoredo quer para a instalação da pedreira quer dos acessos a abrir ou a melhorar, em áreas pertencentes ao Perímetro Florestal chamamos a atenção para o facto de que a retinada do material lenhoso existentes nas áreas sob gestão desta Direcção-Geral só é concretizada após a CFN proceder (previamente) à sua venda e respectiva repartição de receitas.

Torna-se assim necessário que previamente ao corte de arvoredo, a CFN organize todos os processos de comercialização do arvoredo, bem como proceda a sua efectiva venda e exploração.

6 - Caso existam Sobreiros ou Azinheiras na área a intervir, recordamos que o abate de exemplares destas espécies deve obrigatoriamente cumprir com o determinado no Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de Maio com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei nº 155/2004, de 30 de Junho - medidas de protecção aos povoamentos de sobreiro e de azinheira - que determinam que:

- o corte ou arranque de exemplares de Sobreiros e de Azinheiras está sujeito a autorização da Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- a Direcção-Geral dos Recursos Florestais só pode autorizar os cortes ou arranques em povoamentos de Sobreiro e de Azinheira para empreendimentos de imprescindível utilidade pública, assim declarados a nível ministerial, sem alternativa válida de localização;
- nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 169/2001, pode ainda ser exigida pelo Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas a constituição de novas áreas de povoamentos nunca inferiores às afectadas pelo corte ou arranque de sobreiros e de azinheiras, multiplicadas por um factor de 1,25;
- nos termos do artigo 16º, do Decreto-Lei nº 169/2001, são proibidas sob coberto dos povoamentos de sobreiro e de azinheira mobilizações profundas do solo, que afectem o sistema radicular das árvores, ou aquelas que destruam a regeneração natural destas espécies, bem como intervenções que desloquem ou removam a camada superficial do solo.

7 - Deverá ser cumprido o Decreto-Lei nº 173/88, de 17 de Maio, no caso de vir a ser efectuado o corte prematuro de exemplares de Pinheiro bravo em áreas superiores a 2 ha ou de Eucalipto em áreas superiores a 1 ha (autorização a conceder por esta Direcção-Geral, através do serviço regional respectivo - CFN) e do Decreto-Lei nº 174/88, de 17 de Maio, que estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores.

8 - O corte de árvores e a desmatação deverá ser reduzido ao mínimo indispensável quer para efeitos da instalação da pedreira, quer para efeito da instalação dos estaleiros e de todas as outras estruturas de apoio à execução dos trabalhos.

O dono da obra será responsável por eventuais danos que se venham a verificar nos caminhos e povoamentos florestais envolventes e decorrentes do funcionamento da pedreira.

*Handwritten signature*

DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS

SEDE  
Av. João Crisóstomo, 26-28, 1069-040 LISBOA, Portugal  
☎ +351.21. 313 4800 ☎ +351.21. 313 4990  
info@dgrf.min-agricultura.pt  
www.dgrf.min-agricultura.pt

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL  
Unidade de Valoração e Gestão Florestal  
Avenida João Crisóstomo, 28, 1069-040 Lisboa  
☎ +351.213.124.949 ☎ +351. 213.12.4.988  
info@dgrf.min-agricultura.pt

NIPC  
600077653



9 - Nas áreas florestais envolventes dever-se-á regularmente fazer limpeza da vegetação do sub-coberto, de forma a reduzir o risco de incêndio. A escolha dos locais de implantação dos estaleiros, dos parques de material, locais de empréstimo e depósitos de terras e todas as outras infra-estruturas de apoio à obra deverão ser planeadas de forma a preservar as áreas com ocupação florestal.

10 - O Plano Ambiental de Recuperação Paisagística deverá prever a rearboreização das áreas afectadas com recurso a espécies autóctones, ecologicamente adequadas à estação e resilientes ao fogo, dado o elevado risco de incêndio da região.

Com os melhores cumprimentos,

O Director-Geral

DR. JOÃO LOURENÇO  
Subdirector-Geral

Anexo: planta  
A6/A6

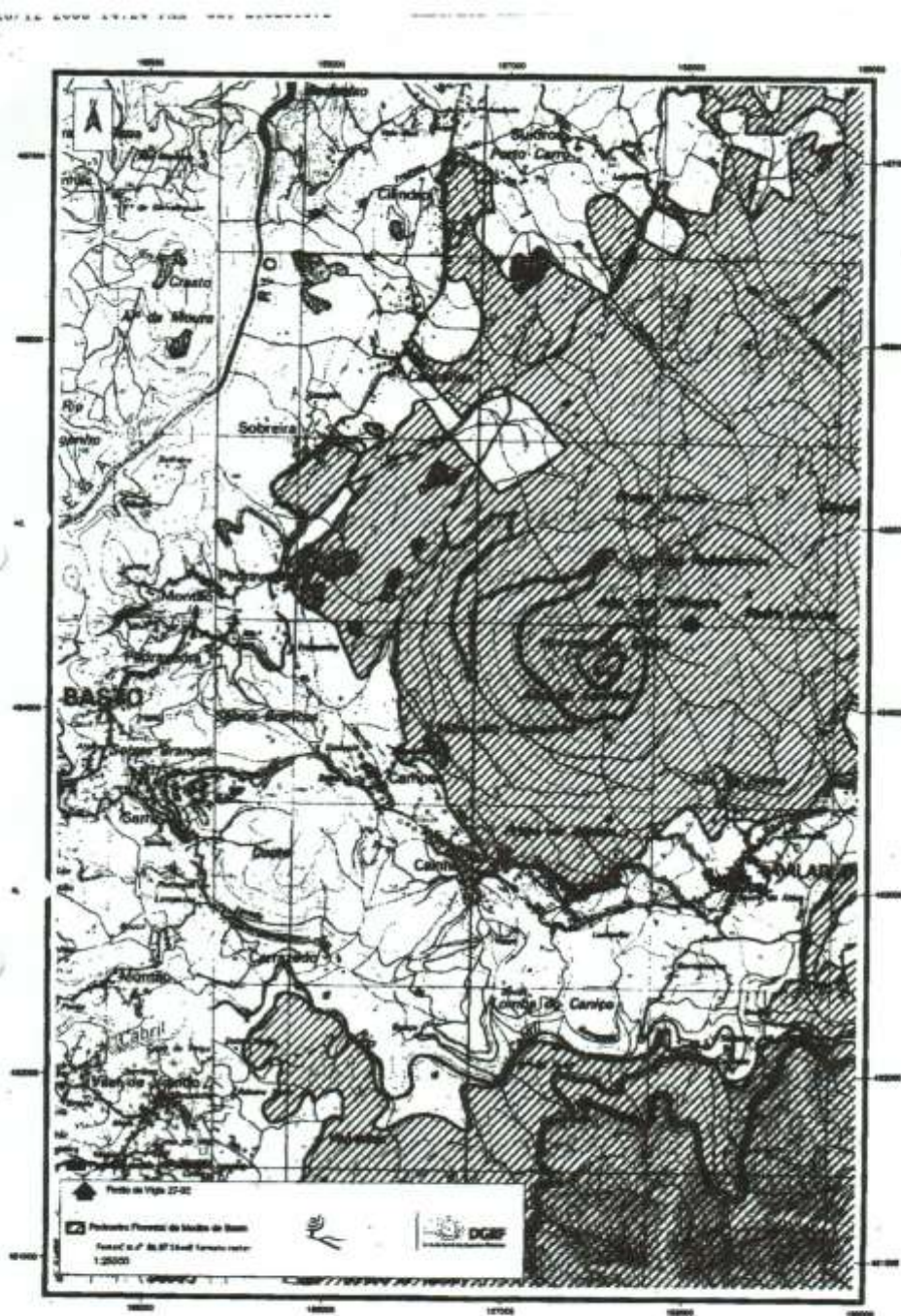
**DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS**

**SEDE**  
Av. João Crisóstomo, 28-28, 1069-040 LISBOA, Portugal  
☎ +351 21 213 4200 ☎ +351 21 213 4960  
info@dgrf.min-agricultura.pt  
www.dgrf.min-agricultura.pt

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL**  
Divisão de Valorização e Gestão Florestal  
Avenida João Crisóstomo, 28, 1069-040 Lisboa  
☎ +351 213 124 949 ☎ +351 213 12 4 969  
info@dgrf.min-agricultura.pt

**NIPC**  
800077853







Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



**DGRF**  
Direcção-Geral dos Recursos Florestais

**Irmãos Mota da Silva, Lda.**  
**Vilar de Ferreiros**  
**4 880-301 Mondim de Basto**

Sua referência

Sua data

Nossa referência  
CDV/ 806

Nossa data  
01.06.2006

Assunto: **Pedreiras - Substituição de parecer**

Em resposta ao vosso ofício em que solicitam a alteração da área do terreno baldio utilizado temporariamente para instalação de pedreira, no Lugar de Sobreira, Atei, Mondim de Basto, de 44 902m<sup>2</sup> para 96 025,03m<sup>2</sup>, junto se envia depois de substituído, o respectivo parecer.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Divisão do Núcleo Florestal do Tâmega

*Luis Corte Real*

Luis-Corte Real  
(Eng.º Florestal)

Anexo: Parecer  
LCR/RM

DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS

CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DO NORTE  
Núcleo Florestal do Tâmega  
Parque Florestal

4600-250 AMARANTE, Portugal  
☎ +351.255 410 870 ☎ +351.255 410 878  
NºPC: 600077813



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



**DGRF**  
Direção-Geral dos Recursos Florestais

----- Parecer -----

Declara-se para os devidos efeitos, que não existem inconvenientes por parte desta Circunscrição Florestal do Norte (CFN) no licenciamento de uma pedreira à firma Irmãos Mota da Silva, Lda. no Lugar denominado Sobreira, Freguesia de Ateí, Concelho de Mondim de Basto, (Perímetro Florestal de Mondim de Basto), conforme levantamento topográfico 1/1000 anexa. Mais se declara que: -----

1 - A área a utilizar é igual a 96.025,03 m<sup>2</sup>: -----

2 - O parecer/autorização desta CFN não dispensa outros que se mostrem necessários para o licenciamento deste tipo de actividades: -----

3 - Deverá a firma Irmãos Mota da Silva, Lda. obter autorização por parte da Assembleia de Compartes co-gestora dessas áreas baldias submetidas ao "Regime Florestal": -----

4 - A Firma Irmãos Mota da Silva, Lda. será responsável por eventuais danos que se venham a verificar nos caminhos e povoamentos florestais envolventes e decorrentes da sua actividade: -----

5 - A área em causa não perderá em caso algum a sua natureza de baldio, nem será desafectada do "Regime florestal" -----

6 - As actividades de exploração só poderão ter início depois do competente licenciamento e, se for caso disso, após a remoção do arvoredado por parte da CFN: -----

7 - Não está autorizado o corte de arvoredado para eventuais alargamentos da pedreira. -----

8 - O presente Parecer obriga a entidade requerente à recuperação paisagista das áreas exploradas no término do processo de exploração, devendo o respectivo PARP (plano ambiental e de recuperação paisagista) acautelar: -----

a) A reconstituição dos terrenos para finalidades compatíveis com o Regime Florestal, e -----

b) A recuperação gradual da área da pedreira, à medida que as frentes de desmonte forem progredindo. -----

Vila Real,

O Director da Circunscrição,

*J. B. T.*

João Manuel Ribeiro dos Santos Bento